



MUNICÍPIO DE IBAITI
ESTADO DO PARANÁ

Dispensa de Licitação
Nº 029/2020
Processo Administrativo
Nº 176/2020

INTERESSADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
WILLIAM MARTINS BORGES

Objeto

AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.

Prazo de Entrega: (2 Dias);

Previsão Contratual: Até 60 Dias;

Critério de Avaliação: Dispensa, Por item;

Valor Máximo: R\$ 74.000,00 (Setenta e Quatro Mil Reais).

Enfrentamento da Pandemia Coronavírus (Covid-19)

ENCAMINHAMENTO

DATA	UNIDADE	RÚBRICA	DATA	UNIDADE	RÚBRICA
1			1		
2			2		
3			3		
4			4		
5			5		
6			6		
7			7		
8			8		
9			9		
10			10		
11			11		
12			12		
13			13		

MEMORANDO INTERNO

Ibaiti (PR), 07 de abril de 2020.

EXMO. SR
ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO,
Prefeito Municipal

Assunto: Solicitação de compra direta / dispensa de licitação para aquisição de máscaras PFF2-N-95.

CONSIDERANDO que as máscaras para proteção de gotículas, classificadas como máscaras cirúrgicas, devem ser utilizadas para evitar a contaminação da boca e nariz do profissional de saúde quando os mesmos estiverem realizando atendimento de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19;

CONSIDERANDO que o elemento filtrante deve possuir eficiência de filtragem de partículas (EFP) > 98% e eficiência de filtragem bacteriológica (BFE) > 95%;

CONSIDERANDO que a máscara deve cobrir adequadamente toda área do nariz e da boca do profissional, possuir um clipe nasal, constituído de material maleável, que permita o adequado ajuste ao contorno do nariz e das bochechas;

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de máscaras (PFF2-N-95), para fornecer aos profissionais da saúde que estão em contato direto com a população, em risco eminente de contaminação pelo COVID-19, nas barreiras sanitárias, nos ambulatórios de triagens, nos postos de saúde, e nas ruas, no enfrentamento da infecção causada pelo Sars-Cov-2;

CONSIDERANDO as Medidas de Prevenção e Controle - COVID-19, contidas na Nota Técnica nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA (Doc. Anexo);

CONSIDERANDO a escassez no mercado de produtos/equipamentos com tais especificações, confirmado pelas diversas diligências negativas de orçamentos por empresas do seguimento, por falta de condições de atender suas demandas e estarem com seus estoques vazios;

CONSIDERANDO que em razão das medidas adotadas para conter a transmissão do vírus e o agravamento dos casos no âmbito dos serviços públicos de saúde, tem sido determinante que os Municípios realizem dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, procedimento este autorizado pelo artigo 4º da Lei nº 13.979/2020, que prevê:

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde

Estado do Paraná
CNPJ 09.421.426/0001-93

pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Desta forma, solicitamos a Vossa Excelência, autorização para realização da compra direta / Dispensa de Licitação, devido à escassez desses produtos/equipamentos no mercado, por conta da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente COVID-19, para aquisição de 1.850 (um mil oitocentos e cinquenta) máscaras PFF2-N-95, disponibilizados pela empresa MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME, CNPJ: 21.484.336/0001-78, no valor total de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais). Utilizando-se, para tanto, os recursos da **conta 0066240720, agência 0918**, da Caixa Econômica Federal, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ: 09.421.426/0001-93 (Extratos em anexo).

Registre-se, até o momento não foram localizados no mercado outros produtos/equipamentos com as mesmas especificações, e, certamente, estes não serão suficientes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde até que a Pandemia do COVID-19 seja controlada.

Atenciosamente.



WILLIAM MARTINS BORGES
Secretário Municipal de Saúde

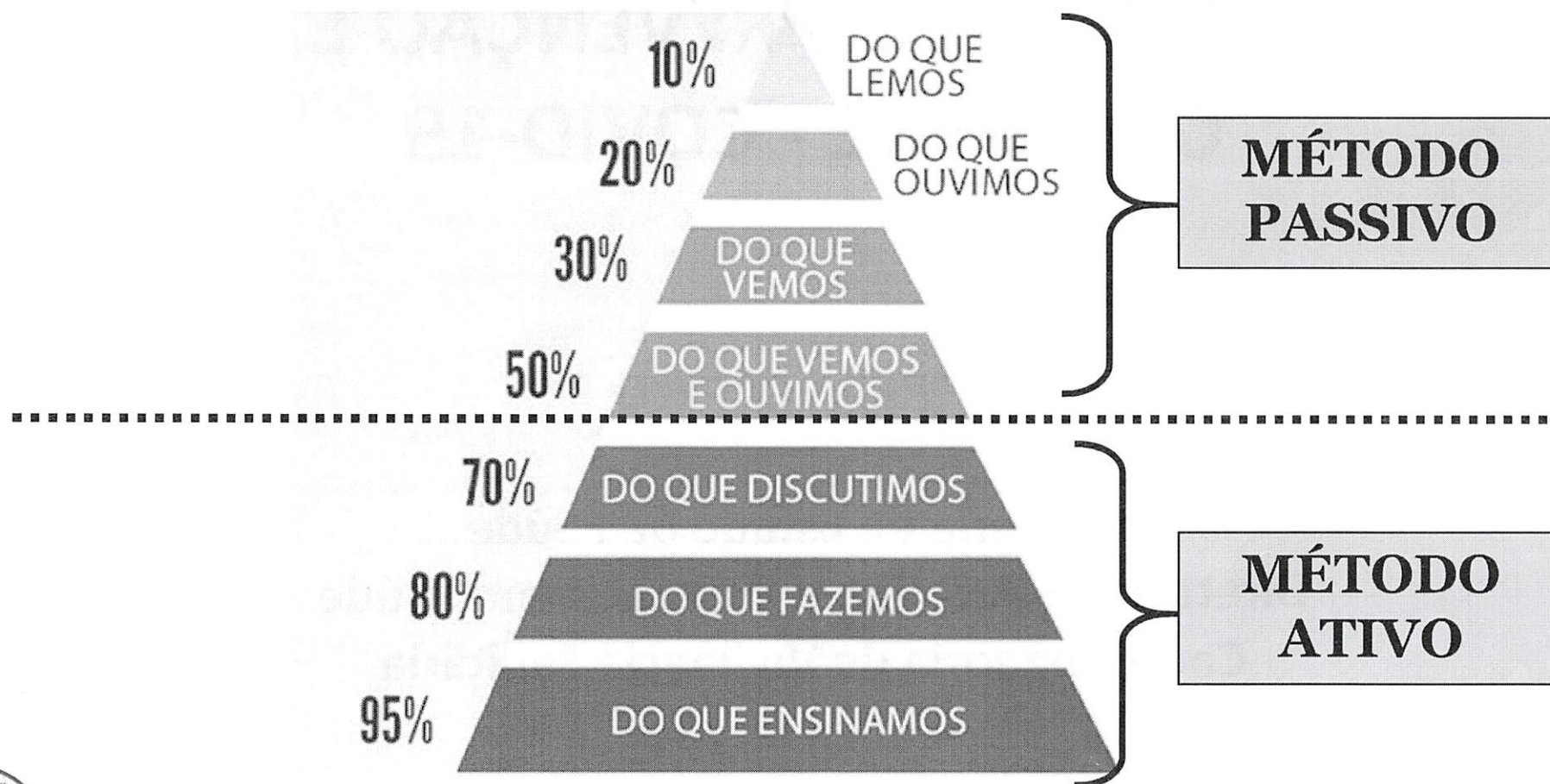
MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE - COVID-19

PATRICIA CAPELO

**Secretaria de Estado da Saúde
Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde
Coordenadoria de Vigilância Sanitária**

COMO APRENDEMOS

A pirâmide de aprendizagem de William Glasser





Agência Nacional de Vigilância Sanitária

NOTA TÉCNICA Nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA

(atualizada em 17/02/2020)

ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde
Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Publicada em 30 de janeiro de 2020
Atualizada em 17 de fevereiro de 2020

Boletim Epidemiológico

03

Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública | COE-nCoV

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

COE | 21 de fevereiro de 2020

Doença pelo Novo Coronavírus 2019 - COVID-19

Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COE COVID-19)*

Sumário

Situação Epidemiológica no Mundo

Transmissão Local

Situação no Brasil

Análise epidemiológica dos casos com histórico de viagem internacional, notificados no SIVEP - Gripe

Características da Doença pelo Novo Coronavírus 2019 (COVID-19)

Descrição

Agente Etiológico

Reservatório e Modo de transmissão

Período de incubação

Período de Transmissibilidade

Suscetibilidade e Imunidade

Manifestações Clínicas

Complicações

Situação Epidemiológica no Mundo

1 Diariamente, o Ministério da Saúde atualiza os dados acerca do número de casos confirmados de COVID-19 no mundo e no Brasil. Os dados estão disponíveis na Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (IVIS), disponível no endereço eletrônico <http://plataforma.saude.gov.br/>

6 Essa plataforma contém os dados consolidados e atualizados pelos Municípios e Estados diariamente até 12 horas.

7 O Ministério da Saúde considera os dados epidemiológicos sobre o surto atual de COVID-19 provenientes do site oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), pois os mesmos são validados internacionalmente. Orientamos que os órgãos não utilizem outra fonte de informação. As informações sobre COVID-19 estão disponíveis no endereço eletrônico da OMS: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

9 De acordo com a OMS, com dados publicado até 21 de fevereiro de 2020, foram confirmados 76.789 casos no mundo, acometendo 26 países (tabela 1). Destes, 75.569 casos (98,4%) foram notificados pela China, incluindo as regiões administrativas especiais de Hong Kong (68 casos

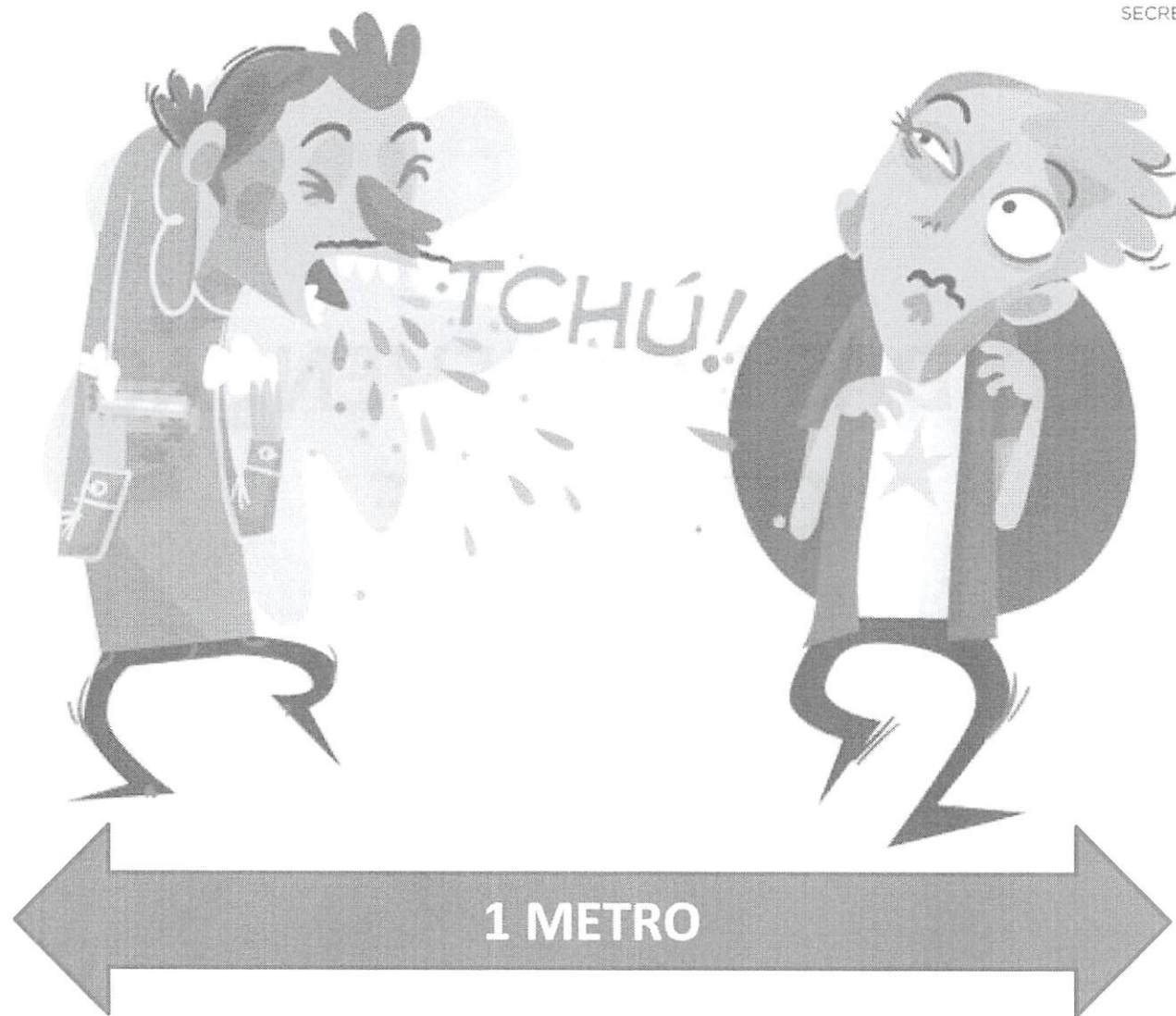


As Medidas de Prevenção e Controle
devem ser adotadas durante a assistência aos
CASOS SUSPEITOS ou **CONFIRMADOS**
de infecção pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

ATENÇÃO

São Medidas de Prevenção e Controle para um **VÍRUS NOVO** e foram baseadas **NO QUE SE SABE ATÉ O MOMENTO**. Desta forma, os Serviços de Saúde **PODEM DETERMINAR AÇÕES MAIS RIGOROSAS**, a partir de uma avaliação caso a caso.

Sugere-se que a via de transmissão
pessoa a pessoa é
**VIA GOTÍCULAS RESPIRATÓRIAS
OU CONTATO**



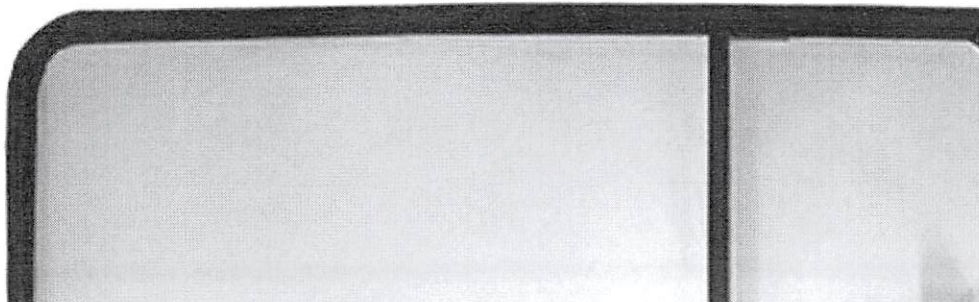
MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE



Atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e transporte interinstitucional de casos suspeitos ou confirmados



**Melhorar a
ventilação do
veículo para
aumentar a
TROCA DE AR
durante o
transporte.**

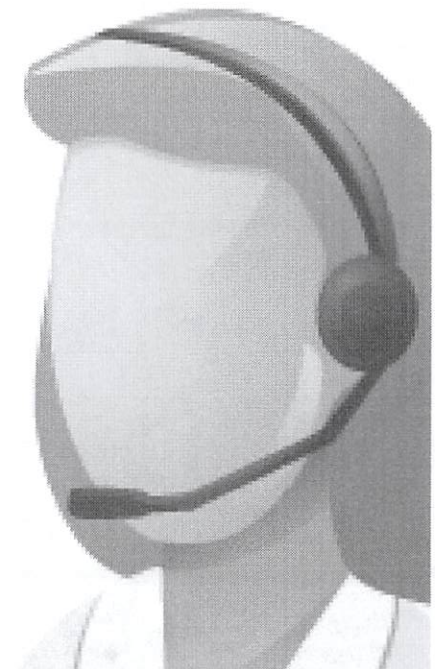
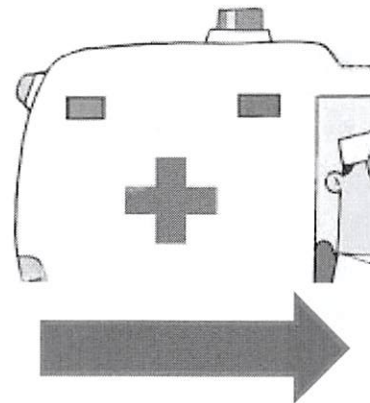
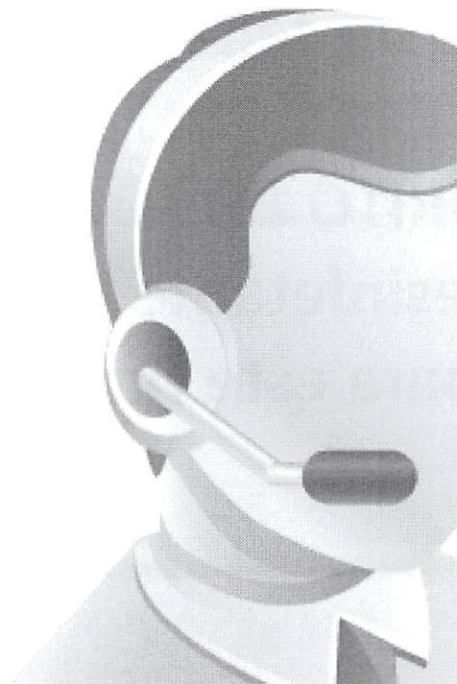




**Limpar e desinfetar todas as
SUPERFÍCIES INTERNAS do
veículo após a realização do
transporte.**

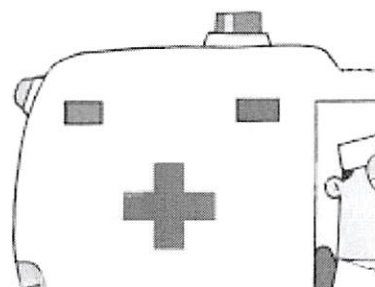
**Pode ser feita com
ÁLCOOL 70% ,
HIPOCLORITO DE SÓDIO ou
outro desinfetante indicado
para este fim.**

Sempre notificar **PREVIAMENTE o serviço de saúde para onde o caso suspeito ou confirmado será encaminhado.**



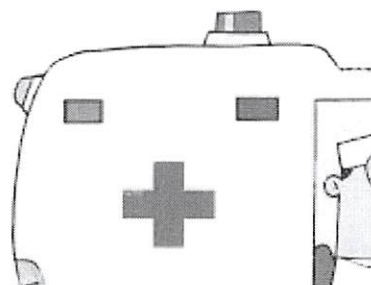
**CASOS SUSPEITOS
OU CONFIRMADOS
E ACOMPANHANTES**

- Usar máscara cirúrgica;
- Usar lenços de papel (tosse, espirros, secreção nasal);
- Higiene das mãos (preparação alcoólica).



**PROFISSIONAIS
DE SAÚDE**

- Higiene das mãos (preparação alcoólica);
- Gorro;
- Óculos de proteção;
- Máscara cirúrgica;
- Avental;
- Luvas de procedimento.





Os profissionais de saúde deverão utilizar
MÁSCARAS N95 ou equivalente, ao realizar
PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS.
Exemplo: intubação ou aspiração traqueal, coleta de
amostras nasotraqueais, etc.



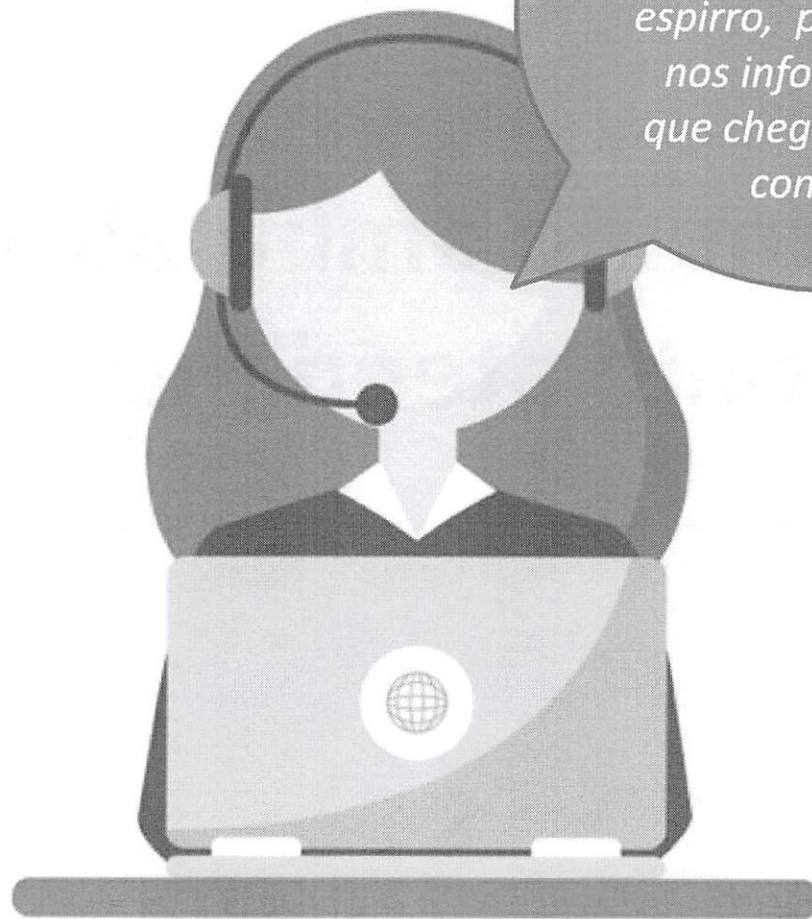
PENSE NISSO

Usar máscaras quando não indicado pode
gerar custos desnecessários e
criar uma FALSA SENSÇÃO DE SEGURANÇA
que pode levar a negligenciar
outras medidas como práticas de
HIGIENE DAS MÃOS!

Atendimento ambulatorial ou pronto atendimento



Caso o senhor esteja gripado, com tosse e espirro, pedimos que nos informe assim que chegar para sua consulta.



ETIQUETA RESPIRATÓRIA

CONHEÇA E UTILIZE!



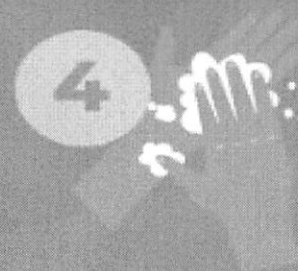
Ao tossir e espirrar, não use as mãos; elas são um dos principais veículos de transmissão da gripe;



Na falta de um lenço, use a parte interna do braço, na área superior das mangas da roupa;



Cubra a boca e o nariz com um lenço de papel quando tossir ou espirrar, e descarte o lenço usado no lixo;



Higienize as mãos com frequência e sempre após tossir ou espirrar.

Se um caso suspeito ou confirmado chegar via transporte móvel de urgência os profissionais que realizaram o atendimento pré-hospitalar DEVEM COMUNICAR OS SINTOMAS para o serviço de atendimento ambulatorial ou de pronto atendimento.



1. Estabelecer **CRITÉRIOS DE TRIAGEM** para identificação e rápido atendimento dos casos;
2. Garantir que **TODOS OS PACIENTES** sejam questionados sobre a presença de **SINTOMAS DE UMA INFECÇÃO RESPIRATÓRIA e HISTÓRICO DE VIAGENS** para áreas com transmissão do Novo coronavírus (COVID-19) ou contato com possíveis pacientes doentes;
2. Orientar os **PROFISSIONAIS DE SAÚDE** quanto às medidas de precaução a serem adotadas.



**Disponibilizar MÁSCARA CIRÚRGICA para os
pacientes e acompanhantes e prover condições para
HIGIENE DAS MÃOS.**



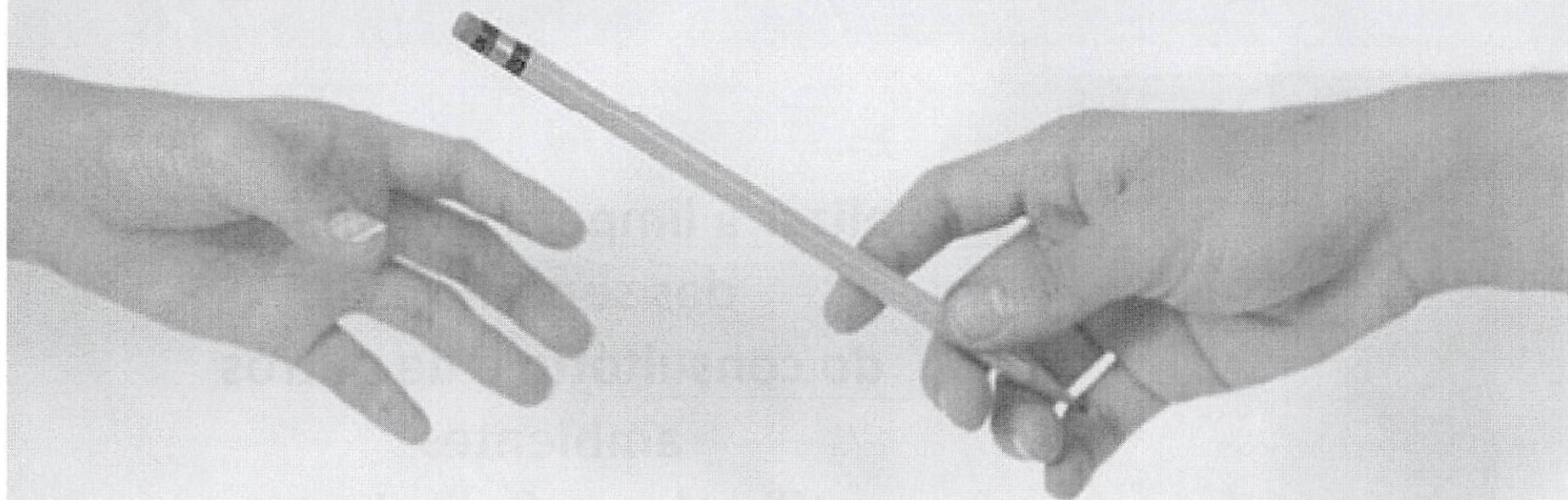
Casos suspeitos de infecção pelo Novo coronavírus (COVID-19) devem permanecer preferencialmente em ÁREA SEPARADA até a consulta ou encaminhamento para o hospital, caso necessário.

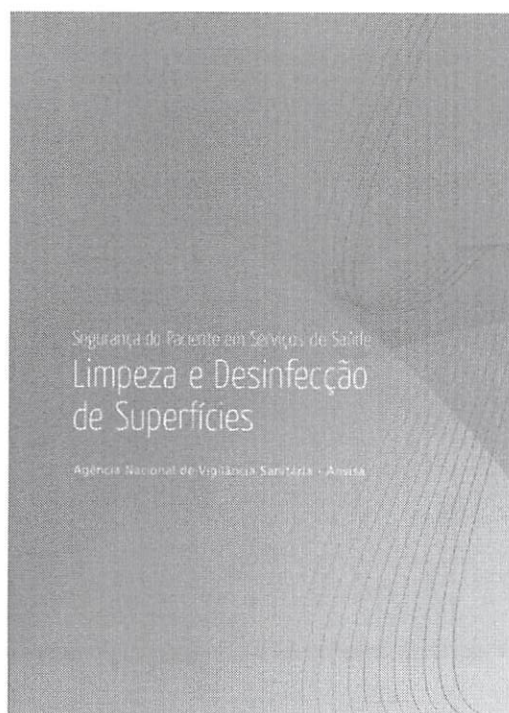
**MANTER OS
AMBIENTES
VENTILADOS**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA



Eliminar ou restringir o uso de itens compartilhados por pacientes como canetas, pranchetas e telefones.

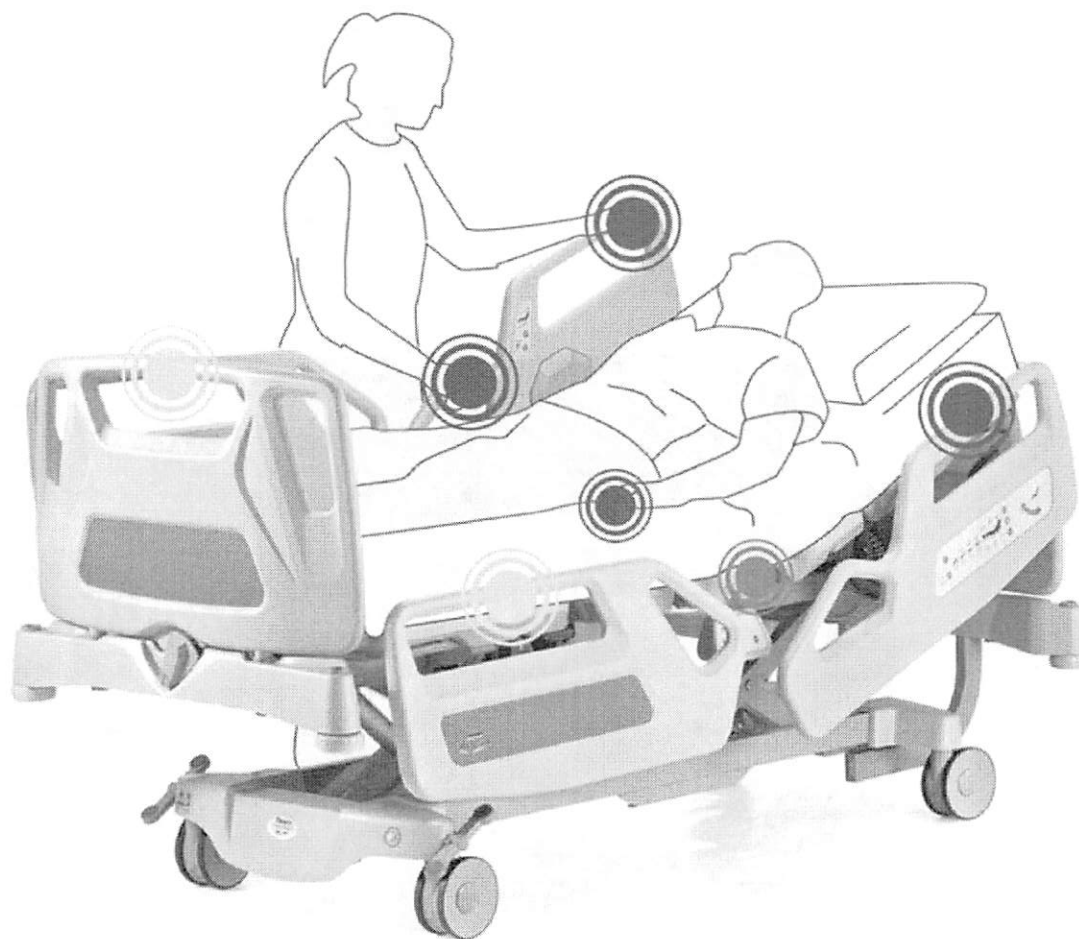




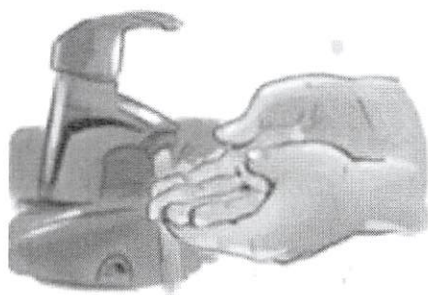
**Realizar a limpeza e desinfecção
das superfícies
do consultório e de outros
ambientes
utilizados pelo paciente.**



Evitar tocar superfícies próximas ao paciente (ex. mobiliário e equipamentos para a saúde), com luvas ou outros EPI contaminados ou com as mãos contaminadas.



Padrão



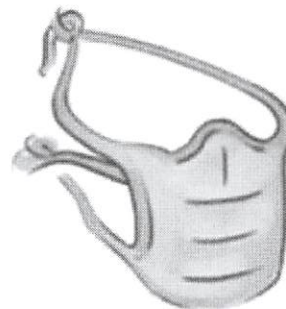
**Utilizar
precauções
padrão para
TODOS os
pacientes**

Contato

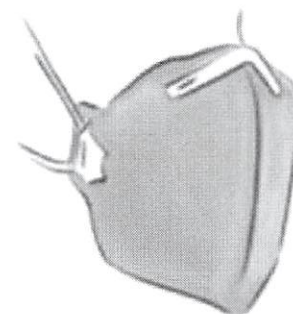


**Implementar precauções adicionais
para casos suspeitos e confirmados de
infecção pelo Novo coronavírus
(COVID-19)**

Gotículas

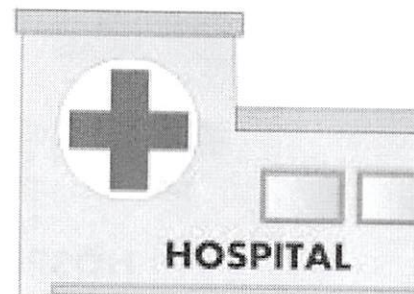


Aerossóis



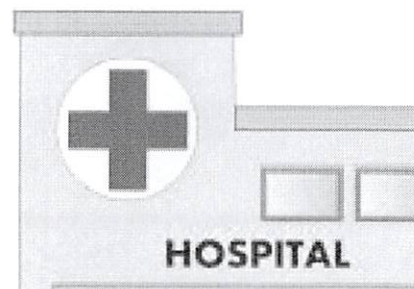
**CASOS SUSPEITOS
OU CONFIRMADOS
E ACOMPANHANTES**

- Usar máscara cirúrgica;
- Usar lenços de papel (tosse, espirros, secreção nasal);
- Higiene das mãos (preparação alcoólica).



**PROFISSIONAIS
DE SAÚDE**

- Higiene das mãos (preparação alcoólica);
- Gorro;
- Óculos de proteção;
- Máscara cirúrgica;
- Avental;
- Luvas de procedimento.

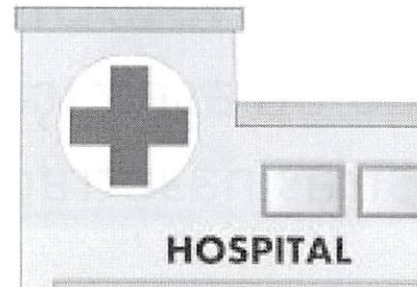




Os profissionais de saúde deverão utilizar **MÁSCARAS N95** ou equivalente, ao realizar **PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS**.
Exemplo: intubação ou aspiração traqueal, coleta de amostras nasotraqueais, etc.

**PROFISSIONAIS
DE APOIO (LIMPEZA,
MANUTENÇÃO, ETC.)**

- Higiene das mãos (preparação alcoólica);
- Gorro;
- Óculos de proteção;
- Máscara cirúrgica;
- Avental;
- Luvas de procedimento.



EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI



MÁSCARA CIRÚRGICA

- Utilizar quando houver distância inferior a 1 metro do paciente;
- Deve ser confeccionada de não tecido;
- Deve ser resistentes à penetração de fluidos;



MÁSCARA CIRÚRGICA

- Deve cobrir adequadamente o nariz e a boca do usuário;
- Deve possuir um clipe nasal para ajuste adequado ao contorno do nariz;
- Deve possuir Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) > 98% e Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) > 95%.



MÁSCARA CIRÚRGICA

- Enquanto estiver em uso, evite tocar na máscara;
- Após a remoção ou sempre que tocar inadvertidamente em uma máscara usada, deve-se realizar a higiene das mãos;
- Substitua a máscara por uma nova assim que tornar-se úmida;
- Não reutilize máscaras descartáveis;
- Máscaras de tecido não são recomendadas, sob qualquer circunstância.



- Utilizar quando houver com risco de geração de aerossol;
- Deve possuir Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) de 95% para partículas de até 0,3 micrômetros (tipo N95, N99, N100, PFF2 ou PFF3).



Devem ser utilizadas quando houver risco de contato das mãos do profissional com sangue, fluidos corporais, secreções, excreções, mucosas, pele não íntegra.



**Troque as luvas sempre que mudar de um sítio
corporal contaminado para outro limpo; quando
estiver danificada; quando entrar em contato com
outro paciente.**

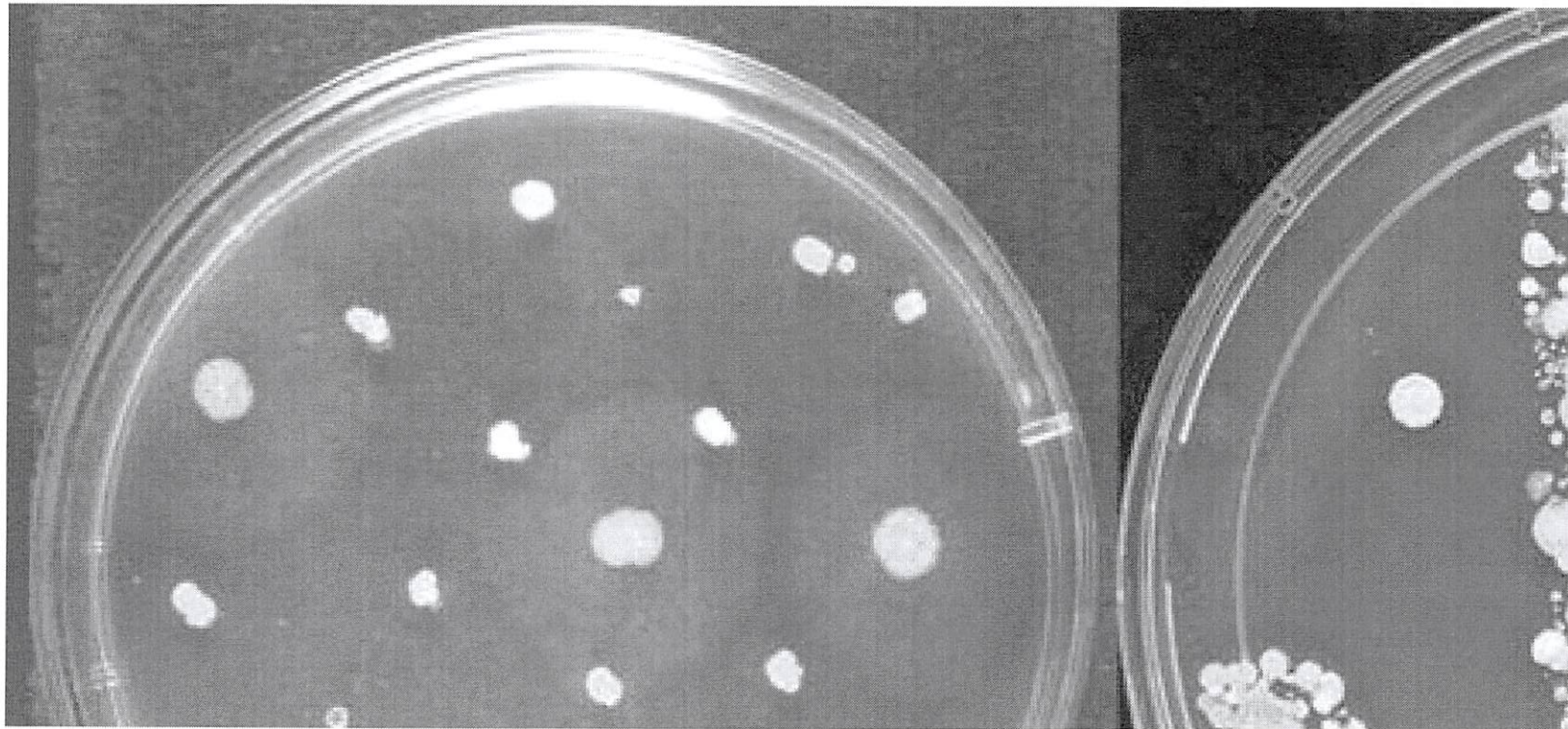


NUNCA TOQUE desnecessariamente superfícies quando estiver com luvas.

LUVAS NÃO SUBSTITUEM A HIGIENE DAS MÃOS
(O desafio invisível)

TOSSE

MÃO NÃO HIGIENIZADA



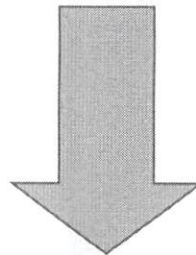
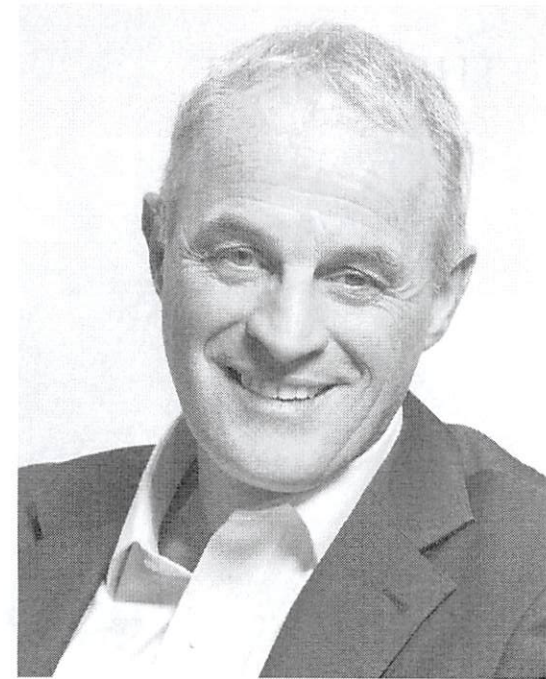
Fonte: <https://www.mdsau.de.com/2015/10/lavar-as-maos.html>

THE LANCET
Infectious Diseases

REVIEW | VOLUME 1, SPECIAL ISSUE, 9-20, APRIL 01, 2001

Hand hygiene and patient care: pursuing the Semmelweis legacy

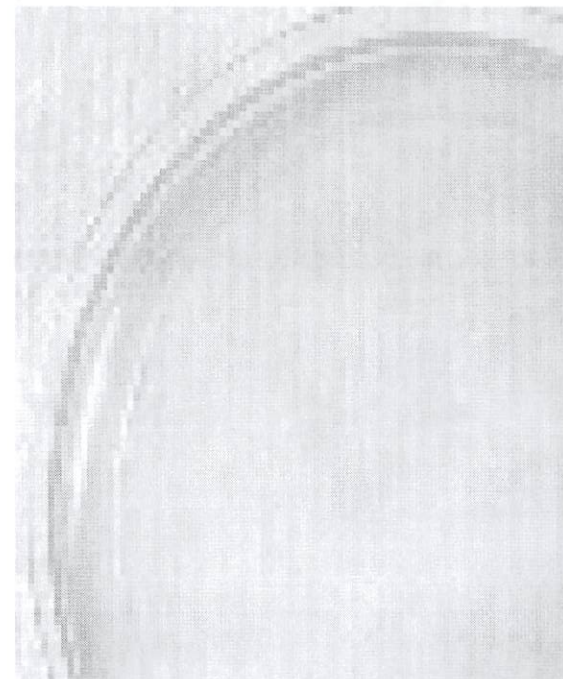
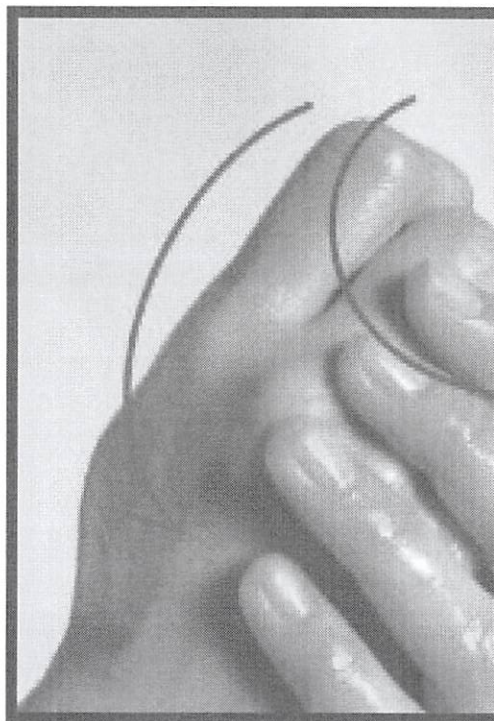
Professor Didier Pittet, MD ✉ • John M Boyce, MD



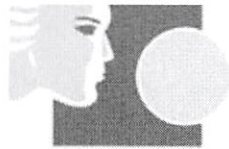
*A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS COM
SOLUÇÃO ALCOÓLICA É MAIS RÁPIDA,
MAIS EFICAZ E MELHOR TOLERADA*



ANTES da
higienização com
solução alcoólica

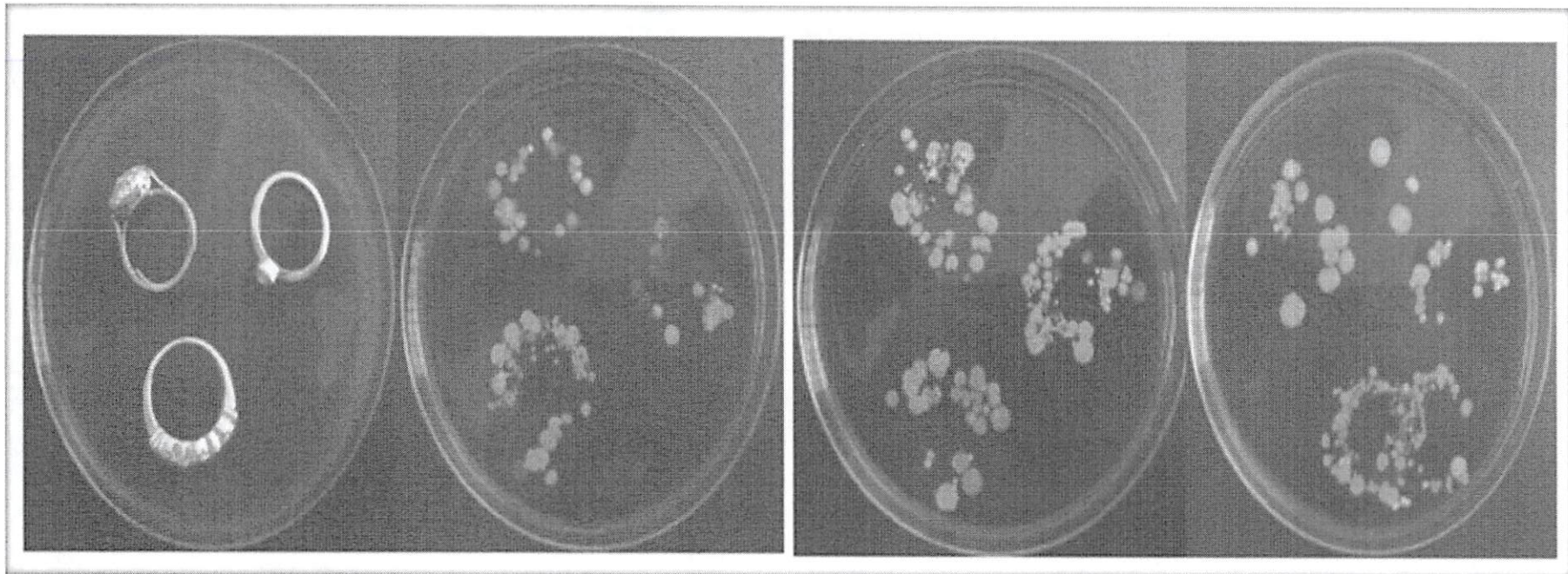


DEPOIS da
higienização com
solução alcoólica



Centre Hospitalier Régional
Universitaire de Lille

UNIVERSITÉ DE LILLE

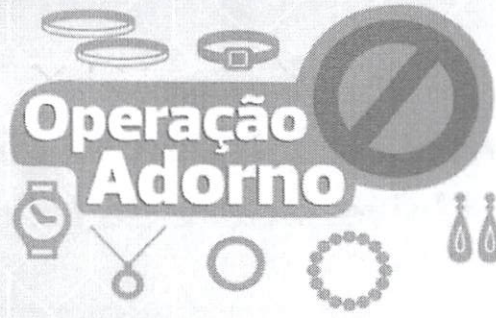


ANÉIS ANTES
DA
HIGIENIZAÇÃO
DAS MÃOS

ANÉIS APÓS A
HIGIENIZAÇÃO
DAS MÃOS COM
ÁGUA E SABÃO

ANÉIS APÓS A
HIGIENIZAÇÃO
DAS MÃOS COM
SOLUÇÃO
ALCOÓLICA

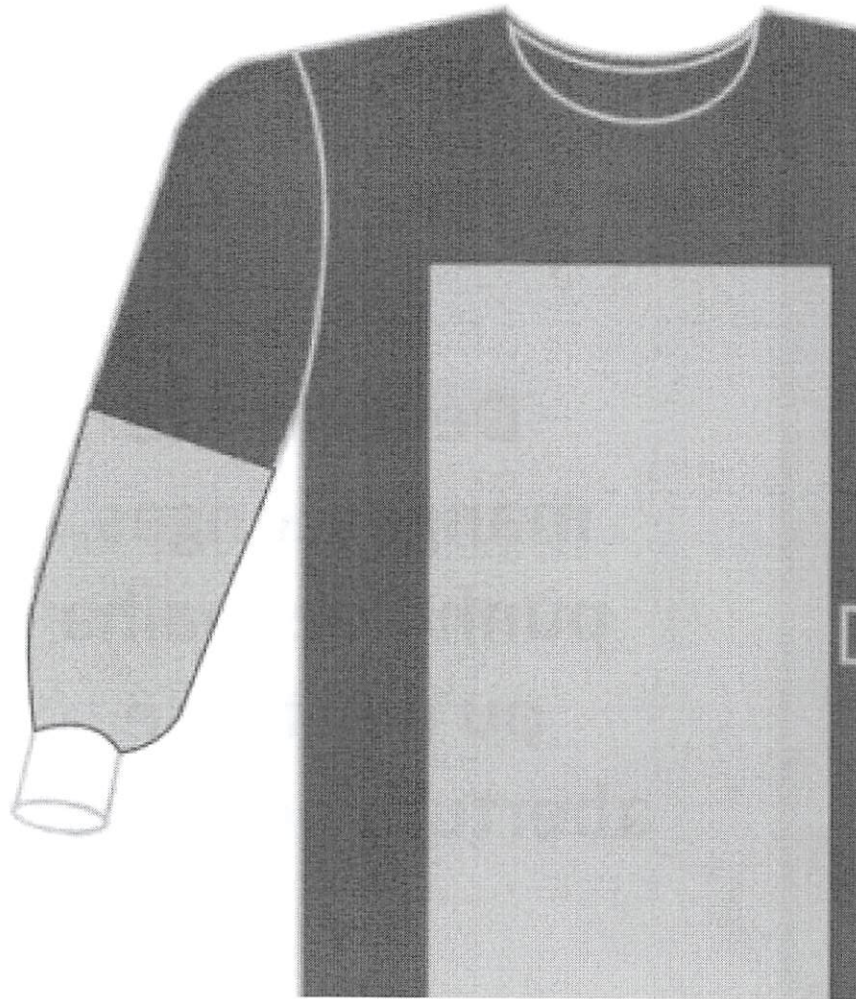
Photos: Bruno Grandbastien, CHRU de Lille



Operação Adorno

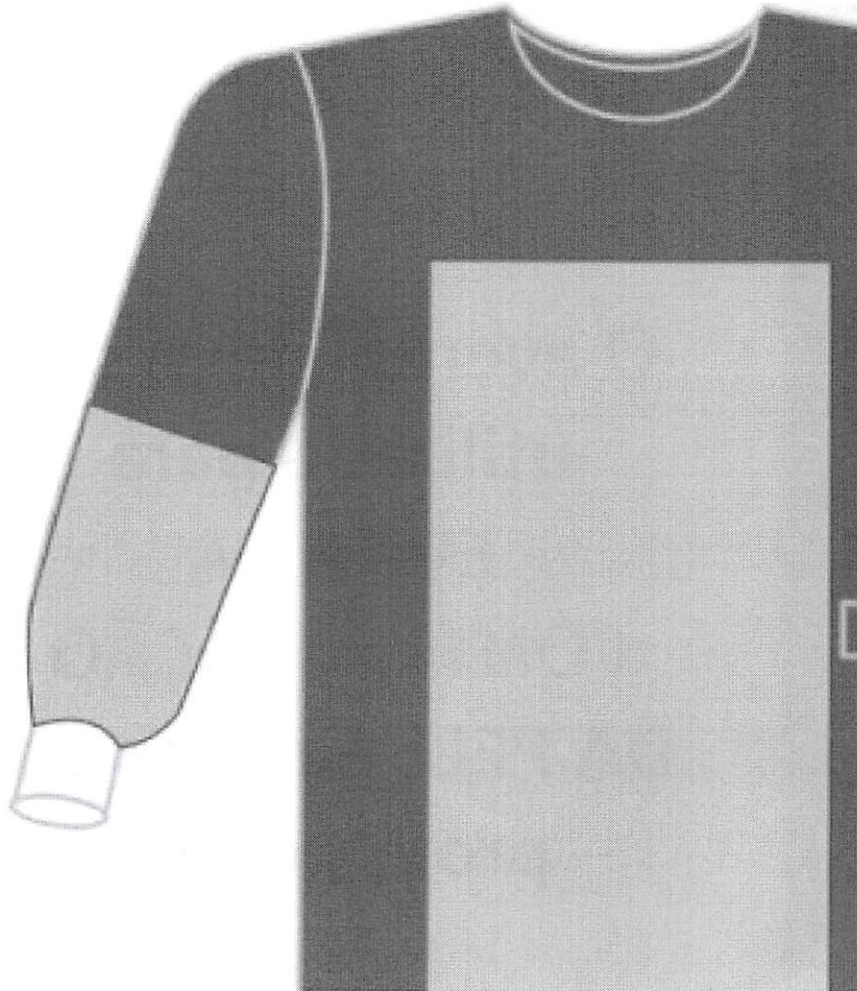
**Adorno não combina
com ambiente de saúde!**

com simplicidade de sempre;
violando uso cotidiano



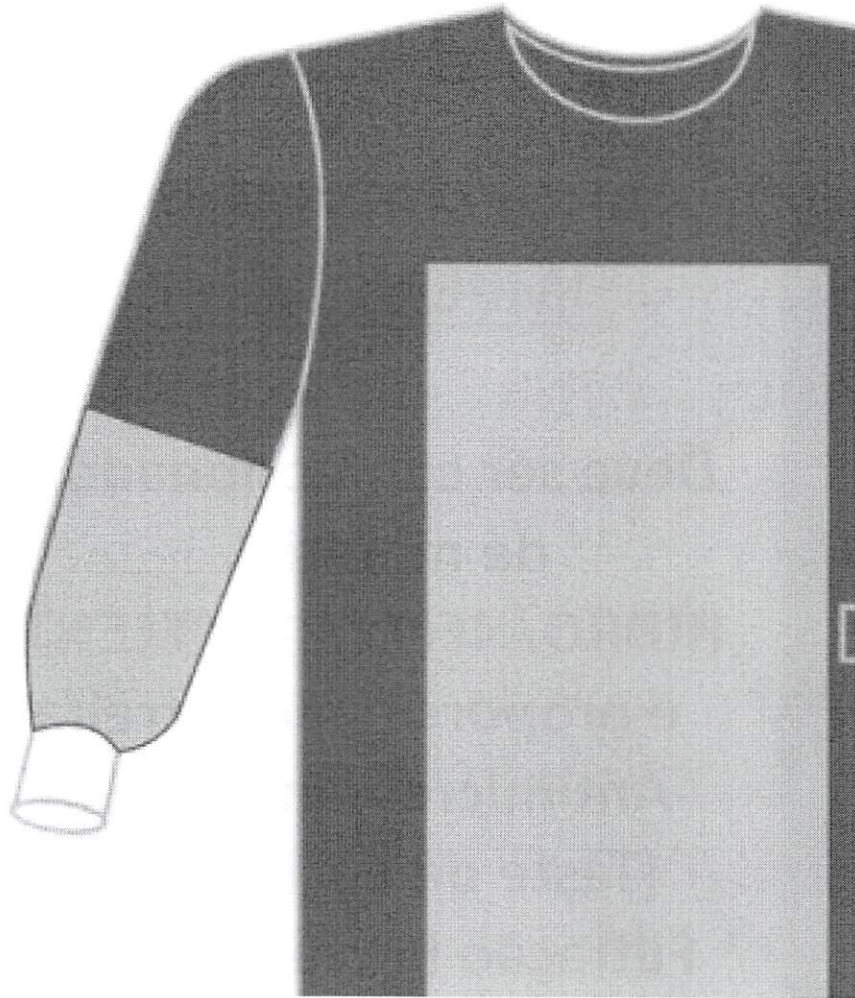
AVENTAL

**O avental deve ser
utilizado para
EVITAR A
CONTAMINAÇÃO
DA PELE e roupa do
profissional.**



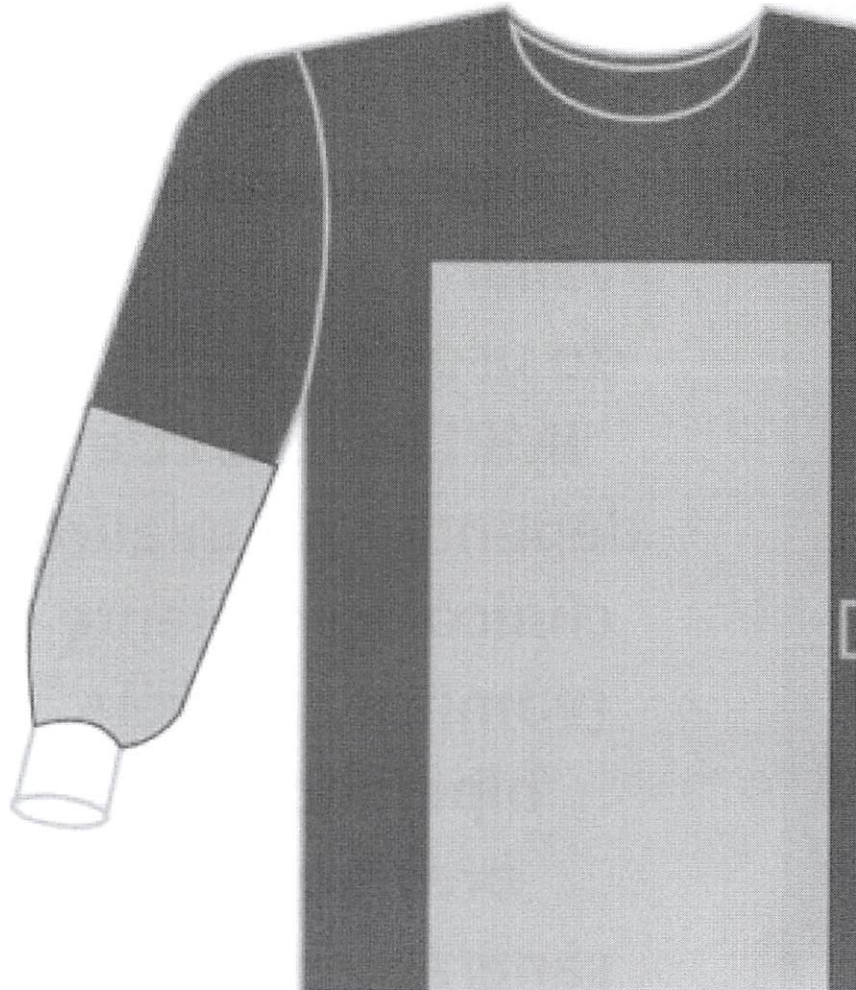
**Deve ser de
mangas longas,
punho de malha
ou elástico e
abertura posterior.**

AVENTAL



AVENTAL

O profissional deve avaliar a necessidade do uso do AVENTAL IMPERMEÁVEL a depender do quadro clínico do paciente (vômitos, diarreia, hipersecreção orotraqueal, sangramento, etc).



AVENTAL

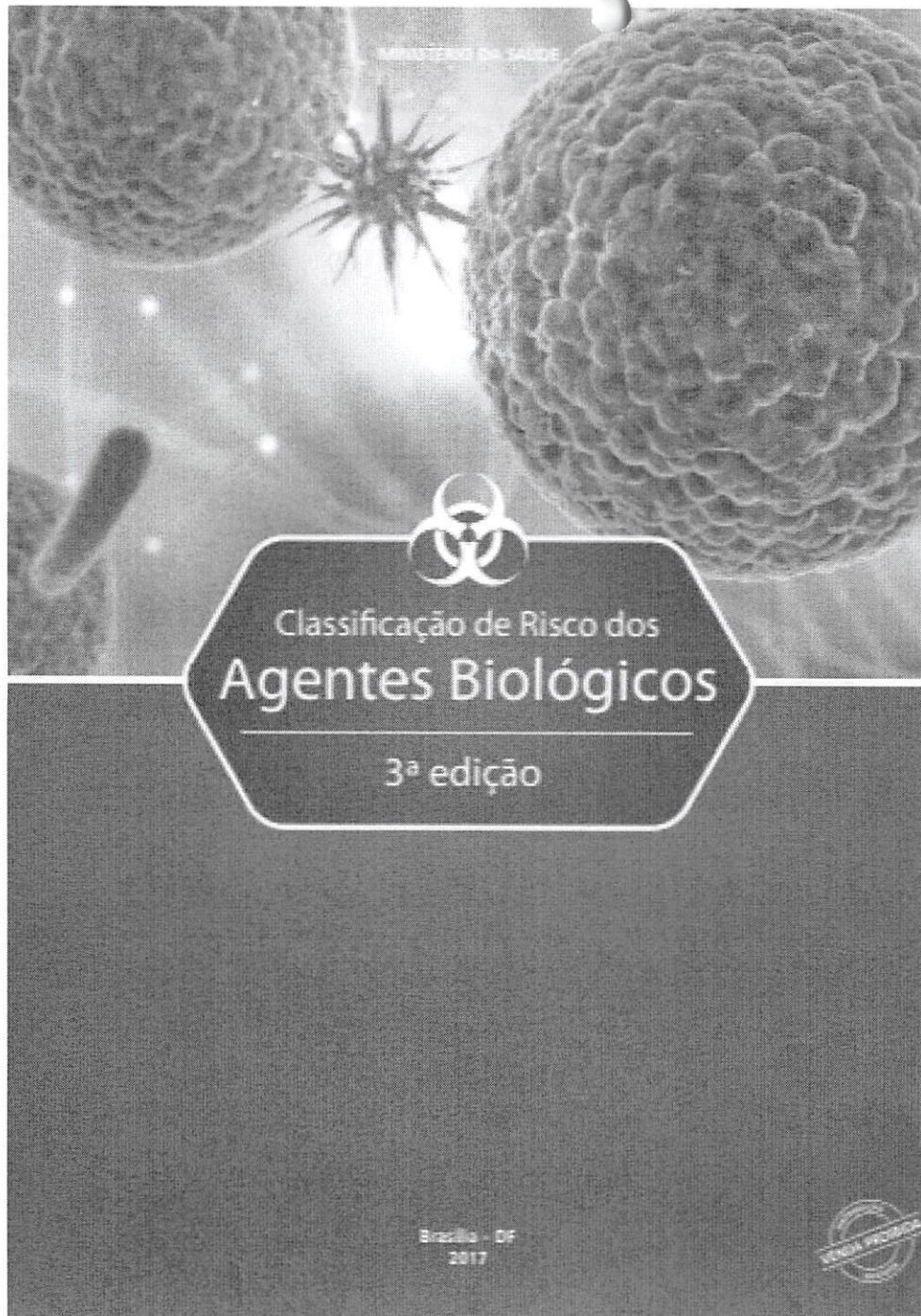
AVENTAL
IMPERMEÁVEL:

**Deve ser confeccionado
de material
HIDRO/HEMORREPELENTE
e proporcionar Barreira
Antimicrobiana Efetiva
(Teste de Eficiência de
Filtração Bacteriológica -
BFE).**

TRATAMENTO DE RESÍDUOS



Agente biológico – Classe de Risco 3



CLASSE DE RISCO 3:

Inclui agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão, em especial por via respiratória, e que causam doenças em humanos ou animais potencialmente letais.



CATEGORIA A1:

**Saco branco leitoso, que
devem ser substituídos
quando atingirem 2/3 de
sua capacidade ou pelo
menos 1 vez a cada 48
horas.**

**PATRÍCIA, SERÁ
MESMO QUE ISSO É
SUFICIENTE ???**

?



99,5% VÃO FALHAR NE

Qual linha é mais lon

A





LEIA E REPASSE SOMENTE INFORMAÇÕES DE FONTES OFICIAIS!





REPASSE SOMENTE INFORMAÇÕES DE FONTES OFICIAIS!





PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE



Obrigada
PATRICIA CAPILLO
(divvss@sesa.pr.gov.br)

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde
Coordenadoria de Vigilância Sanitária



Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de três dias úteis.

Ano	Mês	Tipo de consulta
2020	Março	Fundo a Fundo
Entidade	CPF/CNPJ	Grupo
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	09.421.426/0001-93	CORONAVÍRUS (COVID-19)
	Ação	Ação Detalhada
	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)
		UF
		PR
Município	Código IBGE	População
IBAITI	410970	31.364 habitantes
Ano Censo	Prefeito(a)	Data Inicial Gestão
2019	ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO	01/01/2017
		Secretário(a)
		WILHA GALDINO ALVES

Presidente Conselho
GEANI PEREIRA ROSA

Comp.							Valor	Valor
/Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Total	Desconto
MAR de 2020	805506	30/03/2020	MUNICIPAL	104	009180	0066240720	30.000,00	0,00
Total							30.000,00	0,00



Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de três dias úteis.

Ano	Mês	Tipo de consulta
2020	Março	Fundo a Fundo
Entidade	CPF/CNPJ	Grupo
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	09.421.426/0001-93	CORONAVÍRUS (COVID-19)
	Ação	Ação Detalhada
	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	CORONAVÍRUS (COVID-19)
		UF
		PR
Município	Código IBGE	População
IBAITI	410970	31.364 habitantes
Ano Censo	Prefeito(a)	Data Inicial Gestão
2019	ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO	01/01/2017
		Secretário(a)
		WILHA GALDINO ALVES

Presidente Conselho
GEANI PEREIRA ROSA

Comp.			Tipo	Banco	Agência		Valor	Valor
/Parcela	Nº OB	Data OB	Repasse	OB	OB	Conta OB	Total	Desconto
Única em 2020	805467	30/03/2020	MUNICIPAL	104	009180	0066240720	62.284,00	0,00
Total							62.284,00	0,00



Município de Ibaiti
Solicitação 146/2020
Termo de Referência



Página 1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
146	Aquisição de Material	14/04/2020	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
33355-7	WILLIAM MARTINS BORGES	175/2020	
Local		Pagamento	
Código	Nome	Forma	
21	SAÚDE PÚBLICA	ATÉ 30 DIAS APÓS O A	
Órgão		Prazo	
Código	Nome		
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Entrega		Prazo	
Local			
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. DRA. FERNANDINA DO AMARAL GENTILE, 1058 - CENTRO		2 Dias	

Descrição:

AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.

Justificativa:

AS MÁSCARAS SERÃO UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.

RESSALTAMOS QUE O QUANTITATIVO ORA ADQUIRIDO É INSUFICIENTE PARA ATENDER PLENAMENTE A DEMANDA, PORÉM TAL AQUISIÇÃO SE FARÁ EM REGIME EMERGENCIAL ATÉ QUE SEJA REALIZADO PROCESSO LICITATÓRIO PARA A AQUISIÇÃO DAS MESMAS.

Lote				
001 Lote 001				
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário
036416	MÁSCARA PFF2 - N95	UNID	1.850,00	40,00
			TOTAL	74.000,00
			TOTAL GERAL	74.000,00

WILLIAM MARTINS BORGES
Solicitante

TERMO DE REFERENCIA

1. - OBJETO

AQUISIÇÃO DE 1.850 MÁSCARAS (PFF2-N-95), PARA FORNECER AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM CONTATO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, ENFIM, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2.

2. - JUSTIFICATIVA

AS MÁSCARAS SERÃO UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAGIO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, NOS AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, NOS POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2.

RESSALTA-SE QUE O QUANTITATIVO ORA ADQUIRIDO NÃO SERÁ SUFICIENTE PARA ATENDER TODA A DEMANDA, OU SEJA, ATÉ QUE CONTROLADA A PANDEMIA. TODAVIA, A AQUISIÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA EM REGIME EMERGENCIAL, HAJA VISTA, A ESCASSEZ DO PRODUTO NO MERCADO.

3. - QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES / VALORES REFERENCIAIS

3.1. - No quantitativo e especificações abaixo descritos.

Item	Nome do produto	Quant	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	MÁSCARA PFF2 - N95	1.850,00	UNID	40,00	74.000,00
TOTAL					74.000,00

3.2. - Empresas que participaram dos orçamentos:

EMPRESA	CNPJ
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	21.484.336/0001-47

Foram solicitados orçamentos para mais 18 (dezoito) empresas do ramo, conforme e-mails e conversas via WhatsApp impressas e apensadas ao presente processo, porém, devido à grande demanda por este material nesta época de pandemia, nenhuma dessas empresas dispunha do mesmo para a venda.

4. - LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇO

Local de Entrega: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV; FERNANDINA DO AMARAL GENTILE, 1058 - CENTRO - IBAITI/PR

Prazo de Entrega: 2 Dias

Vigência Contratual Prevista: Até 60 Dias

5. - ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

A entrega do objeto deverá ser efetuada em até **2 Dias**, observado o disposto no parágrafo único do artigo 110 da Lei nº 8.666/93; após o recebimento da Ordem de Entrega/Serviço expedida pelo Departamento responsável.

A entrega deverá ser de acordo estritamente com as especificações descritas no Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade a reposição do objeto que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações.

6. - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O acompanhamento da entrega/execução do objeto será dar pelo Secretário solicitante.

7. - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Após solicitação formal da **CONTRATANTE**, através de emissão de requisição de compras/serviço da Prefeitura Municipal, o recebimento se efetivará nos seguintes termos:

- a. Provisoriamente para efeito de posterior verificação do objeto;
- b. Definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação pelo setor competente;

8. - DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

Venho firmar que os orçamentos enviados juntamente a este Termo de Referência, foram por mim verificados e são verdadeiros.

9. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. - Entregar material(is) conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido, acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 9.2. - Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência do(s) material(is) fornecido(s), que deverá(ão) ser novo(s) e de primeira qualidade.
- 9.3. - Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas no produto.
- 9.4. - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 9.5. - Ressarcir os eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE**, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- 9.6. - Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.7. - Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras
- 9.8. - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela, cujas reclamações se obriga a atender.

10. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. - Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) material(is);
- 10.2. - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 10.3. - Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA**, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do(s) material(is), solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 10.4. - Estando o(s) material(is) de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência.
- 10.5.- A **CONTRATANTE** deverá acompanhar os prazos de entrega, exigindo que a **CONTRATADA** tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93 e demais cominações legais.
- 10.6. - Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

11. - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Conforme quantitativo e especificações constantes deste Termo de Referência em anexo e do arquivo de proposta gerado para abertura e preenchimento no programa Esproposta, fornecido pelo Departamento de Licitações e Contratos do Município de Ibaiti/PR;

Ibaiti, 14 de Abril de 2020.



WILLIAM MARTINS BORGES
SAÚDE PÚBLICA

Aprovo o presente Termo de Referência.



ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



À Prefeitura Municipal de Ibaiti - PR
A/C Dep. De Compras.

ORÇAMENTO

Razão Social: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 21.484.336/0001-47

I.E. 90681170-78

Endereço: Rua Jalbas Rodrigues Alves, 356, Vila Santa Izabel - Maringá/ PR

CEP: 87.080-470

Telefone: (44) 3354-5826

E-mail: licitacao@mmhmed.com.br

Banco Caixa Econômica Federal

Conta: 3865-9

Ag: 1671

DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Mascara PFF2 – N95	UND	2.000	R\$ 40,00	R\$ 80.000,00

Maringá, 07 de Abril de 2020

21.484.336/0001-47
I. E 90681170-78
MMH MED
COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - ME
RUA JALBAS RODRIGUES ALVES, 356
VILA SANTA IZABEL - CEP 87080-470
MARINGÁ - PR

Marcelino Lahoud
PROPRIETÁRIO
RG. 2079474 SSP/PR
CPF 359.226.139-87

Marcelino Lahoud

Comprometido com você cliente

Rua Jalbas Rodrigues Alves, 356 - CEP 87080-470 - Tel.: 44 3354.5826 - www.mmhmed.com.br
CNPJ 21.484.336/0001-47 - Insc. Est. 90681170-78



Assunto: **RES: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - URGENTE**
De: <vendas1@consusegepi.com.br>
Para: <semai@ibaiti.pr.gov.br>, <vendas@biocientifica.com.br>
Data: 06/04/2020 15:51

Boa tarde,

Infelizmente estamos com estoque zerado de mascaras.
Sem previsão de recebimento.

Att,

Denise Tameirão

Consultora de Vendas

43 . 3329 9232 ou 43 98434-0578

Skype: Denise Tameirão - Consuseg EPI's



CONSUSEG - Equipamentos de Proteção Individual

Rua Araguaia 207

43 . 3329 9232

Londrina . Paraná . Brasil

De: semai@ibaiti.pr.gov.br <semai@ibaiti.pr.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 6 de abril de 2020 14:11

Para: vendas@biocientifica.com.br

Assunto: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - URGENTE

Prioridade: Alta

Bom dia

Solicito cotação para Hospital Municipal de Ibaiti dos itens :

- Mascara n95
- Mascara pff2

Obs. caso não tenha disponível no momento por favor cotar e informar prazo

Atenciosamente

Prefeitura Municipal de Ibaiti

(43) 3546-7450

71



Assunto: **RE: =?UTF-8?Q?SOLICITA=C3=87=C3=83O**
De: PROTMED <carlos@protmed.com.br>
Para: semai <semai@ibaiti.pr.gov.br>
Data: 06/04/2020 14:11



"-- Esta é uma mensagem gerada automaticamente pela caixa postal de carlos@protmed.com.br. Não há necessidade de respondê-la"

Prezado cliente, agradecemos o contato e o interesse por nossos produtos, porém por conta da pandemia do coronavirus estamos sem produtos em nosso estoque. Deveremos normaliza-lo, em alguns itens, a partir da segunda quinzena do mês de abril. A partir dessa data responderemos sua consulta.

72



Assunto: **SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - URGENTE**

De: <semai@ibaiti.pr.gov.br>

Para: <vendas@biocientifica.com.br>

<falecom@lumiarsaude.com.br>,
<vendas@brcirurgica.com.br>,
<comercial1@inovaligama.com.br>,

Cco: <deabrasil@deabrasil.com.br>,
<contato@marcamedica.com.br>, <rafael@valmil.com.br>,
<comercial1@allmedonline.com.br>,
<vendas1@consusegepi.com.br>, <loja@protmed.com.br>,
<sac@lojazeusdobrasil.com.br> 8 mais...

Data 06/04/2020 14:10

Prioridade Mais alta

Bom dia

Solicito cotação para Hospital Municipal de Ibaiti dos itens :

- Mascara n95
- Mascara pff2

Obs. caso não tenha disponível no momento por favor cotar e informar prazo

Atenciosamente

Prefeitura Municipal de Ibaiti

(43) 3546-7450



Assunto: **Re: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - URGENTE**
De: Fibra Cirurgica <fibra@fibracirurgica.com.br>
Para: <semai@ibaiti.pr.gov.br>
Data: 06/04/2020 15:31



Boa tarde Sr. (a),

Agradecemos seu contato, informamos que a Fibra Cirúrgica não realiza orçamentos e cotações.

O (a) Senhor (a) pode acessar nosso site para ter maiores informações sobre os produtos, preços, fotos, descrição e forma de pagamento.

www.fibracirurgica.com.br

Para cotações de pessoa jurídica, favor entrar em contato com Cointer Produtos Hospitalares: (47) 3433-2065 ou cointer@cointer.com.br

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,
Danielle Kruger

Atendimento ao Cliente

Fibra Cirúrgica

Em seg., 6 de abr. de 2020 às 14:33,
<semai@ibaiti.pr.gov.br> escreveu:

Bom dia

Solicito cotação para Hospital Municipal de Ibaiti dos itens :

- Mascara n95
- Mascara pff2

Obs. caso não tenha disponível no momento por favor cotar e informar prazo

Atenciosamente

Prefeitura Municipal de Ibaiti

(43) 3546-7450



O QUE VOCÊ ESTÁ PROCURANDO?

ATENDIMENTO MEUS PEDIDOS CHAT **CARRINHO**
0 ITENS

- Todos os departamentos
- Estetoscópios
- Aparelhos de Pressão
- Aparelhos Médicos
- Curativos
- Equipamentos
- Material de Consumo
- Resgate e Salvamento
- Oferta do Dia

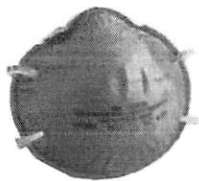
FibraCirurgica /

RESULTADO(S) PARA "MASCARA N95"

Ordenar por... ▾

Proteção Profissional

Máscara e Respirador (2)

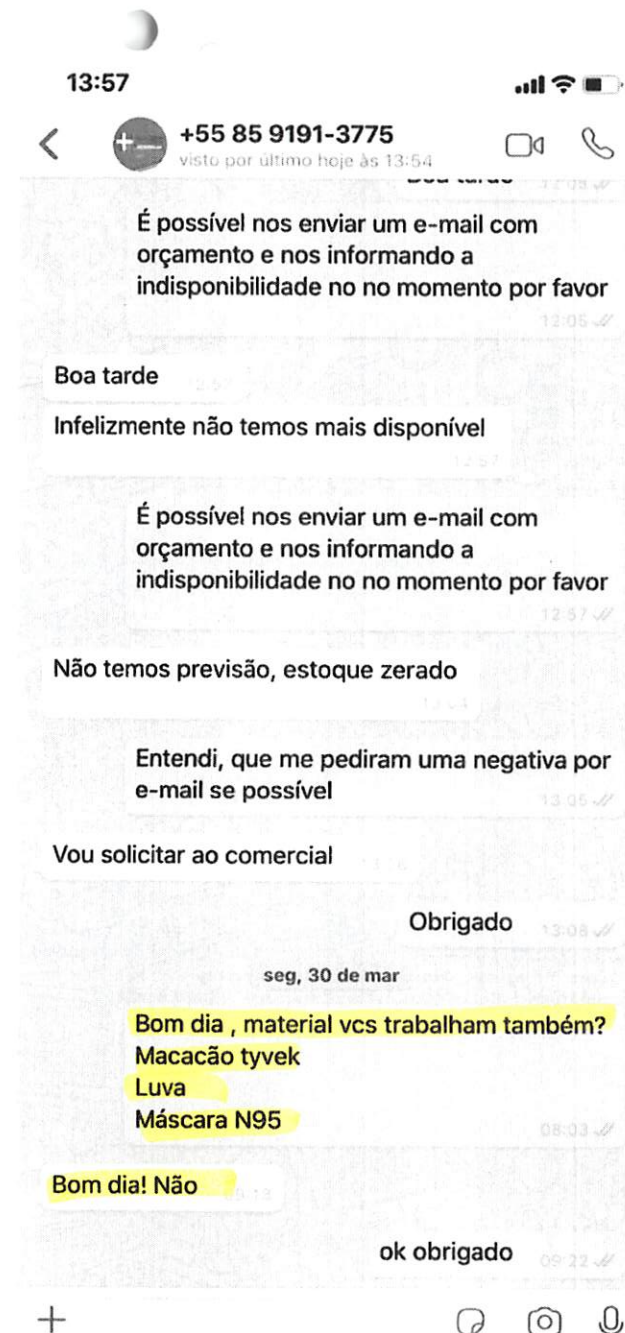
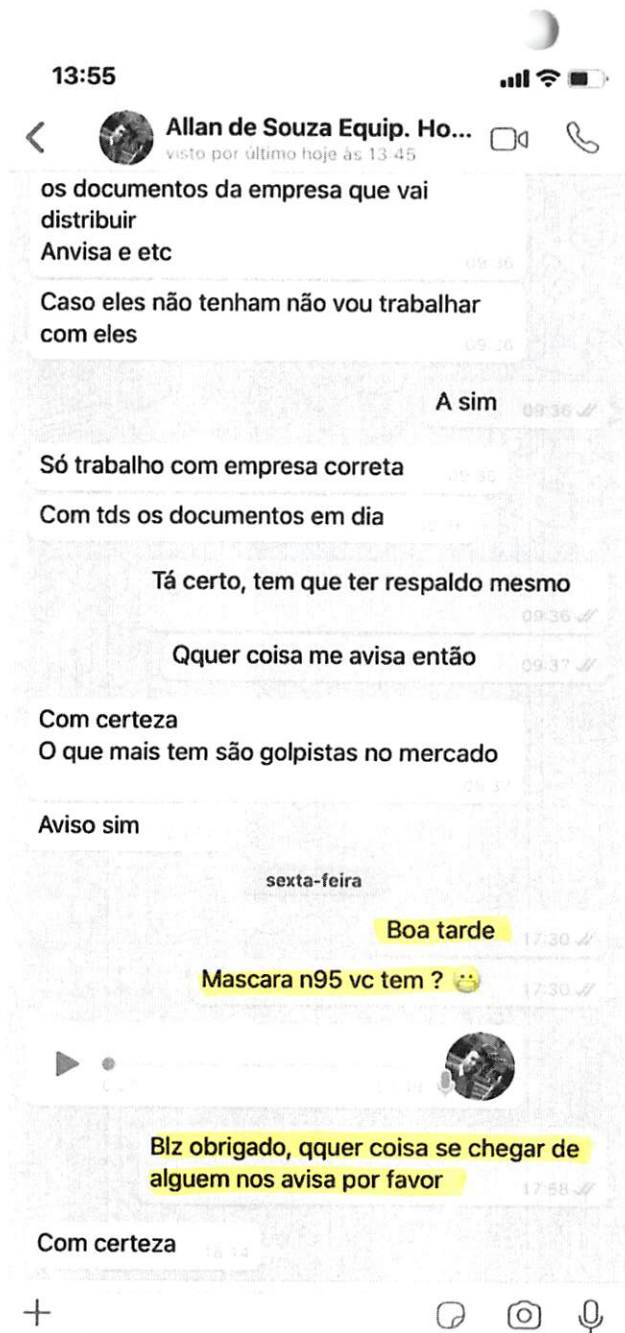


Máscara Respirador 3M Descartável
Concha sem Válvula PFF2 N95 1860B
Verde 1un.
Produto indisponível
[Avise-me quando chegar](#)



Máscara Respirador Descarpac
Descartável Dobrável sem Válvula
PFF2 N95 Azul 1un.
Produto indisponível
[Avise-me quando chegar](#)

75



13:57

(041 31) 99318-6144

sex, 27 de mar

As mensagens e ligações desta conversa estão protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Toque para mais informações.

Bom dia 09:51 ✓

Vcs ainda estão tendo respirador disponível 09:51 ✓

sáb, 28 de mar

Não 12:41 ✓

seg, 30 de mar

Bom dia , material vcs trabalham também?
Macacão tyvek
Luva
Máscara N95 08:05 ✓

Estamos em falta 09:28 ✓

ok obrigado 09:31 ✓



13:56

(041 11) 97225-4076
visto por último qua às 10:46

sex, 27 de mar

As mensagens e ligações desta conversa estão protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Toque para mais informações.

Bom dia 09:32 ✓

vcs ainda tem disponivel respiradores ? 09:32 ✓

Bom dia!
Vc eh de qual empresa? 10:02 ✓

Hospital de Ibaiti - Pr 10:02 ✓

seg, 30 de mar

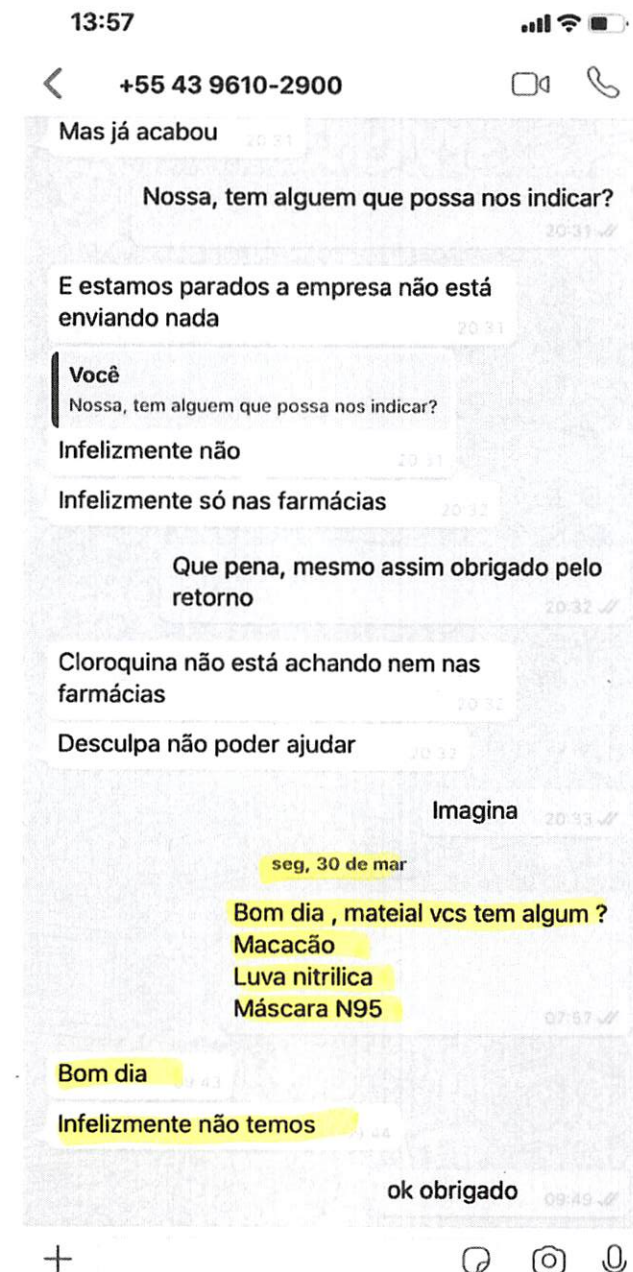
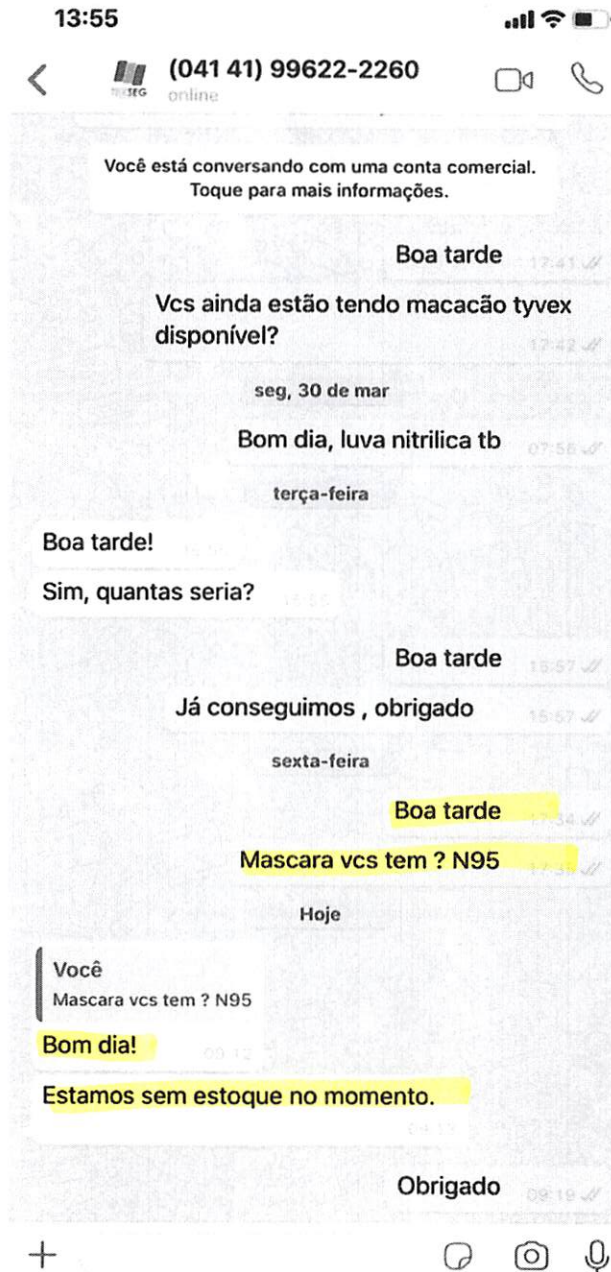
Bom dia , material vcs trabalham também?
Macacão tyvek
Luva
Máscara N95 08:06 ✓

Ola, bom dia.
Infelizmente, nao temos nenhum dos materiais solicitados 10:44 ✓

Ok obrigado 10:50 ✓



tt



13:57



+55 11 95251-4641

visto por último hoje às 13:39



De antemão, informação que possuo referente a sua solicitação é que ventiladores estão indisponíveis em todo mercado nacional, mas estaremos colocando essa informação para você na proposta para que você tenha um feedback nosso com você.

11:46

Ok , será encaminhado por e-mail?

11:58 ✓

Sim

11:59

Ok , obrigado

12:04 ✓

seg, 30 de mar

Bom dia , material vcs trabalham também?

Macacão tyvek

Luva

Máscara N95

08:03 ✓

Você

Bom dia , material vcs trabalham também?

Macacão tyvek

Luva

Bom dia...

09:05

Não trabalhamos.

09:05

Ok obrigado

09:06 ✓

De nada.

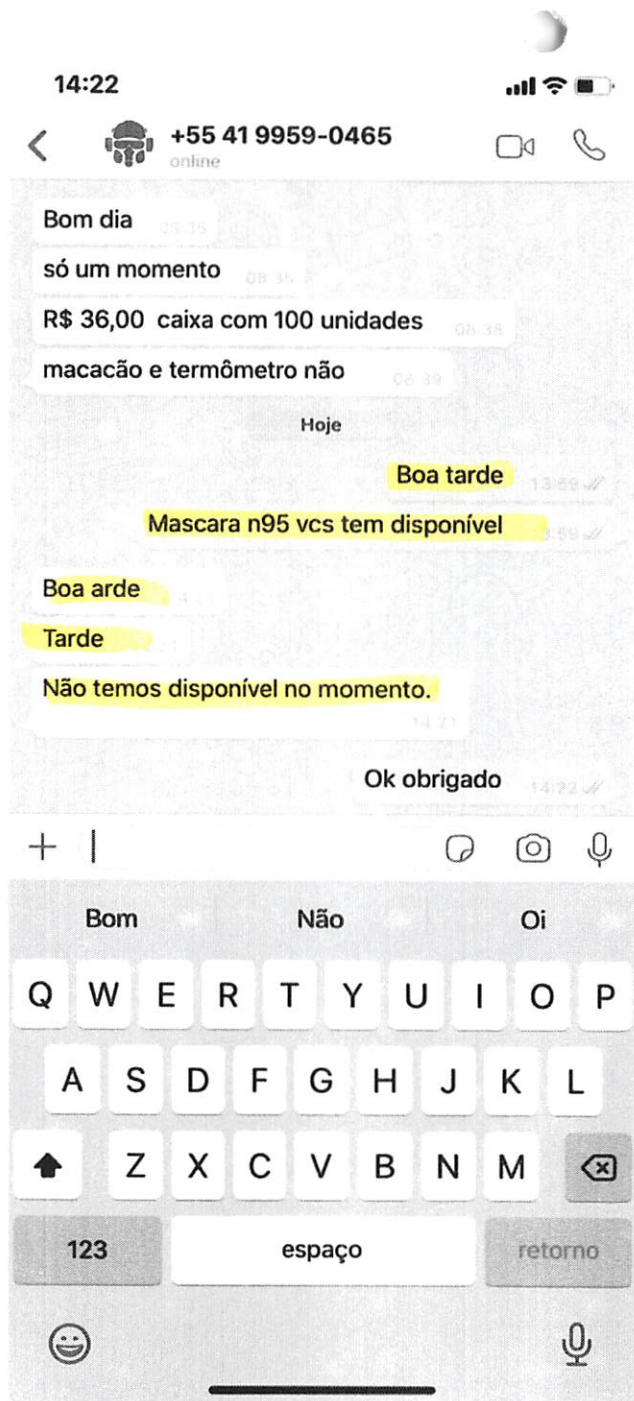
Tamos a disposição

09:07



67





Bo





Assunto: **Re: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - URGENTE**
De: Marca Médica <contato@marcamedica.com.br>
Para: <semai@ibaiti.pr.gov.br>
Data: 06/04/2020 14:31



Boa tarde,

não trabalhamos com os itens solicitados.

Atenciosamente

--



Viviana

Departamento Comercial

Telefone: (34) 3084-0579

Endereço: Avenida Espanha Nº 526, Tibery, Uberlândia - MG **CEP:**38405-048

Facebook: <https://www.facebook.com/marcamedicamg>

Skype: Marca Medica

Site: www.marcamedica.com.br

Em seg., 6 de abr. de 2020 às 14:11, <semai@ibaiti.pr.gov.br> escreveu:

Bom dia

Solicito cotação para Hospital Municipal de Ibaiti dos itens :

- Mascara n95
- Mascara pff2

Obs. caso não tenha disponível no momento por favor cotar e informar prazo

Atenciosamente

Prefeitura Municipal de Ibaiti

(43) 3546-7450

81

- 1 -

DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

Objeto: Aquisição de 1.850 máscaras (PFF2-N-95), para fornecer aos profissionais da saúde que estão em contato direto com a população, em risco eminente de contaminação pelo COVID-19, nas barreiras sanitárias, nos ambulatórios de triagens, nos postos de saúde, nas ruas, enfim, no enfrentamento da infecção causada pelo Sars-Cov-2.

Declaro que todas as informações e demais documentos, notadamente, os orçamentos que acompanham o pedido de abertura de processo licitatório de compras são verdadeiros, conforme rubrica/assinatura em cada um deles, responsabilizando-me civil e criminalmente;

Declaro ainda que os preços pesquisados são os praticados no mercado fornecedor dos produtos e/ou dos serviços pleiteados, de modo que o orçamento estimativo reflete, de fato, os preços praticados no mercado nas datas constantes nos orçamentos.

Estou ciente de que:

“Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou da autoridade superior realizar pesquisas de preços no mercado e em outros entes públicos, sendo essa atribuição, tendo em vista a complexidade dos diversos objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes envolvidas na aquisição do objeto” (Acórdão nº 3516/2007, Primeira Câmara, Relator Min. Aroldo Cedraz, Processo nº 005.991/2000-7).

Para calcular o custo do objeto proposto, o interessado deverá realizar prévias pesquisas de preços no mercado fornecedor dos produtos ou dos serviços pleiteados. Também poderá se valer de informações contidas em bancos de dados informatizados, pesquisas na internet, publicações especializadas e outras fontes.” (Manual de Convênios do Tribunal de Contas da União).

E para que surta os efeitos legais, firmo o presente.

Ibaiti (PR), 14 de Abril de 2020.


WILLIAM MARTINS BORGES
Secretário Municipal de Saúde


Gabinete do Prefeito

Em atenção à solicitação do Senhow William Martins Borges, M.D. Secretário Municipal de Saúde, visando à aquisição de 1.850 máscaras (PFF2-N-95), para fornecer aos profissionais da saúde que estão em contato direto com a população, em risco eminente de contaminação pelo COVID-19, nas barreiras sanitárias, nos ambulatórios de triagens, nos postos de saúde, nas ruas, enfim, no enfrentamento da infecção causada pelo Sars-Cov-2..

Determino:

- ✓ Acolho a presente solicitação;
- ✓ Encaminhe-se para o Departamento de Licitações, para manifestação acerca da aquisição ora solicitada;
- ✓ Após, solicitar da Secretaria Municipal de Finanças e do Departamento de Contabilidade expedindo certidão de existência de dotação e saldo orçamentário para fazer face as despesas nos ternos dos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, elaborando, quando for o caso, o impacto orçamentário financeiro;
- ✓ Após, à Procuradoria Jurídica para viabilidade do pedido e enquadramento na legislação em vigor;
- ✓ Volte-se para decisão.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020.


Antonely de Cassio Alves de Carvalho
Prefeito Municipal

Departamento de Licitações e Contratos

Pelo presente expediente, em cumprimento ao despacho do Sr. Prefeito, informamos a inexistência de processo licitatório vigente que disciplina a aquisição de 1.850 máscaras (PFF2-N-95), para fornecer aos profissionais da saúde que estão em contato direto com a população, em risco eminente de contaminação pelo COVID-19, nas barreiras sanitárias, nos ambulatórios de triagens, nos postos de saúde, nas ruas, enfim, no enfrentamento da infecção causada pelo Sars-Cov-2. Informamos ainda que por conta do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, e, diante da necessidade ora solicitada, acreditamos que sua aquisição possa ser efetuada através de Processo de Dispensa de Licitação; justificando e comprovando sua necessidade **decorrente ao enfrentamento ao Coronavírus**, amparado pelo § 1º do Art. 4º Lei nº 13.979/20, nestes termos:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

[...]

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

[...]

Sendo assim, a Lei nº 13.979/20 Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, porém, primeiramente se faz necessário a emissão de Parecer Jurídico Prévio em face aos processos de dispensa e/ou inexigibilidade.

Sem mais para o momento, aguardamos manifestação.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020



Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues

Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

Portaria nº 1655, de 11/06/2019

Declaração de Adequação Orçamentária

Processo Administrativo nº: 176/2020

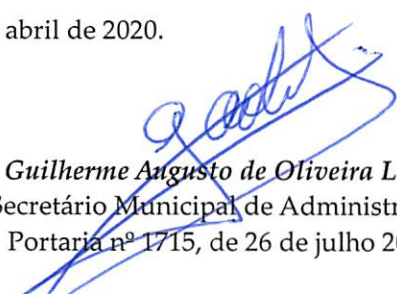
Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.850 MÁSCARAS (PFF2-N-95), PARA FORNECER AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO EM CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, NOS AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, NOS POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, ENFIM, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2.

Eu, **GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE**, Secretário Municipal de Administração, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao contido no art. 167, inc. I e II, da Constituição Federal, no art. 37, inc. IV, da Lei complementar n. 101/2000, e no art. 7º, caput, § 2º, inc. III e § 9º, no art. 14, no art. 38 e no art. 55, inc. V, todos da Lei nº 8.666/1993, que exigem que nos procedimentos licitatórios referentes a obras, serviços e compras, assim como os procedimentos de contratação direta por meio de dispensa e de inexigibilidade de licitação, somente poderão ser iniciados quando houve previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes, **DECLARO** existir disponibilidade orçamentária para atender ao presente objeto, cujo gasto estima-se no valor de **R\$ 74.000,00 (Setenta e Quatro Mil Reais)** a ser empenhado, conforme quadro abaixo:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	2810	05.001.10.301.0009.2040	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	7440	05.001.10.301.0009.2040	494	3.3.90.30.28.00	Do Exercício

A referida despesa está adequada à Lei Federal nº 8.666/1993 e ao Orçamento-Programa do Exercício de 2020, está incluída no Plano Plurianual 2018/2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do corrente ano.

Ibaiti, 14 de abril de 2020.


Guilherme Augusto de Oliveira Leite
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 1715, de 26 de julho 2019


Anilson Gonçalves
Contador
CRC/Pr nº 043334/O-9

CHECK-LIST – DISPENSA DE LICITAÇÃO					
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ibaity					
Processo nº: 176/2020					
Dispensa nº: 29/2020					
Legenda: S - Sim / N - Não / NA – Não Aplicável					
Nº	DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	S	N	NA
1.	Memorando formalizado por responsável competente justificando a necessidade da aquisição do objeto.	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
1.1.	Há Descrição clara do objeto inclusive das unidades e quantidades a serem adquiridas?	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
1.2.	Consta Pesquisa de Preços com fornecedores diversos (no mínimo 3 fornecedores)?	Lei nº 8.666/93, art. 43, IV	X		
1.3.	Consta Termo de Referência com indicação do objeto de forma precisa, estratégia de fornecimento, prazo e local de entrega.	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
1.4.	Indicação do recurso próprio para a despesa por meio de Declaração de Adequação Orçamentária	Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, III, art. 14, caput e art. 38, caput	X		
2.	Processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado.	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
2.1.	Parecer Jurídico emitido sobre a dispensa de Licitação	art. 38, VI da Lei nº 8.666/93			
2.2.	Autorização, emitida pela autoridade competente (ordenador de despesas) para realização do serviço ou para aquisição.	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput			
3.	Fundamentação e a comprovação da hipótese da dispensa da licitação	Lei nº 8.666/93, art. 24			
3.1.	Documentação relativa à habilitação jurídica (Contrato social ou Certificado de microempreendedor individual e Cartão de CNPJ)	Lei nº 8.666/93, art. 28, caput			
3.2.	Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista (Certidão de Tributos Federais, Estaduais, Municipais, FGTS, Trabalhista, etc)	Lei nº 8.666/93, art. 29, caput			
3.3.	Documentação relativa à qualificação técnica (Atestado de Capacidade Técnica), quando for o caso.	Lei nº 8.666/93, art. 30			
4.	Termo de Ratificação do Ato de Dispensa.	Lei nº 8.666/93, art. 26			
5.	Extrato do Ato de Dispensa devidamente publicado na imprensa oficial	Lei nº 8.666/93, art. 26			
6.	Nota de empenho devidamente assinada e termo de contrato (se for o caso).	Lei nº 8.666/93, art. 38, X			
7.	Entrega/prestação do objeto mediante atesto da nota fiscal pelos solicitantes.				
8.	Emissão da Ordem de pagamento e verificação da regularidade fiscal				

Processo Administrativo nº 176/2020

Ibaiti – (PR), 14 de Abril de 2020

À

Procuradoria Geral do Município (PROGE).

Assunto: Parecer prévio para AQUISIÇÃO DE 1.850 MÁSCARAS (PFF2-N-95), PARA FORNECER AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO EM CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, NOS AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, NOS POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, ENFIM, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2...

Senhor Procurador Municipal:

Em cumprimento ao disposto no artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 1993, encaminhamos o presente processo, para análise e emissão de parecer jurídico, com as seguintes informações:

Interessado: SAÚDE PÚBLICA (Local)

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.850 MÁSCARAS (PFF2-N-95), PARA FORNECER AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO EM CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, NOS AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, NOS POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, ENFIM, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2.

Valor Estimado Total: R\$ 74.000,00 (Setenta e Quatro Mil Reais)

PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE:

<input type="checkbox"/> Concorrência	<input type="checkbox"/> Tomada de Preços	<input type="checkbox"/> Convite	<input type="checkbox"/> Leilão	<input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico
<input type="checkbox"/> Concurso	<input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico/SRP	<input type="checkbox"/> Pregão Presencial		
<input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico ou SRP para Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra.				

CONTRATAÇÃO DIRETA:

<input type="checkbox"/> Inexigibilidade	<input type="checkbox"/> Licitação não Aplicável	<input type="checkbox"/> Dispensa /Locação Imóvel
<input type="checkbox"/> Contratação Emergencial	<input type="checkbox"/> Cotação Eletrônica	<input checked="" type="checkbox"/> Dispensa de Licitação

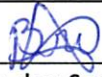
ADITAMENTOS CONTRATUAIS:

<input type="checkbox"/> Repactuação	<input type="checkbox"/> Prorrogação	<input type="checkbox"/> Rescisão	<input type="checkbox"/> Supressão	<input type="checkbox"/> Acréscimo	<input type="checkbox"/> Reajuste
<input type="checkbox"/> Outros					

TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:/...../20.....

CONSULTAS:

<input type="checkbox"/> Decisão Judicial	<input type="checkbox"/> Informações em Mandado de Segurança	<input type="checkbox"/> Recursos/Impugnações
<input type="checkbox"/> Patrimônio Imobiliário	<input type="checkbox"/> Patrimônio Mobiliário	<input type="checkbox"/> Outras


Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos
Portaria nº 1655, de 11/06/2019

(FL)

Referência: Processo Administrativo nº 176/2020

Processo Licitatório: nº 29/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação

Critério de Avaliação: Dispensa / Lei Federal nº 13.979/20 – enfrentamento da emergência causada pelo coronavírus.

Valor: R\$ 74.000,00

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.850 MÁSCARAS (PFF2-N-95), PARA FORNECER AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO EM CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, NOS AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, NOS POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, ENFIM, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2.

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PARECER JURÍDICO.

1. O Departamento Municipal de Licitações e Contratos submeteu ao crivo deste serviço jurídico, o Processo Licitatório em destaque (Dispensa de Licitação), cujo objeto é a aquisição de 1.850 máscaras (PFF2-N-95), para fornecer aos profissionais da saúde que estão em contato direto com a população, em risco eminente de contaminação pelo COVID-19, nas barreiras sanitárias, nos ambulatórios de triagens, nos postos de saúde, nas ruas, enfim, no enfrentamento da infecção causada pelo Sars-Cov-2, com prazo de entrega para 2 (dois) dias.
2. A presente dispensa de licitação tem como fundamento o Art. 4º¹ da Lei Federal nº 13.979/2020. Nota-se, o legislador federal, visando atender de forma célere e eficiente as necessidades administrativas oriundas da pandemia, dispensou a exigência de licitação para a “aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente coronavírus”.
3. O objeto, como se vê, é amplo: abrange bens, serviços e quaisquer insumos de saúde, desde que sejam empregados no enfrentamento da emergência causada pelo coronavírus.

¹ Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020).

4. A dispensa de licitação, no caso em questão, é proveniente do seguinte fato: Trata-se de hipótese de contratação direta contemplada em lei específica, exclusivamente relacionada à pandemia causada pelo coronavírus. De se destacar que a contratação direta ora examinada está adstrita ao prazo em que ocorrer a emergência em saúde pública internacional, sem, contudo, haver qualquer limitação quanto ao prazo máximo de duração da emergência.
5. No caso em testilha, a existência da situação de emergência encontra respaldo na edição da Lei Federal nº 13.979/20, que reconhece a urgência na contratação de bens, insumos e serviços para enfrentamento da pandemia da COVID-19.
6. Nota-se que a licitação em qualquer modalidade, demanda prazos legais mais alargados, tornando imprevisível o prazo final para o procedimento de licitação, fato que postergaria ainda mais a efetivação da contratação definitiva para objeto em pauta, que, enfatize-se, não atenderia a situação de emergência para enfrentamento da pandemia do coronavírus, e, acarretaria atraso nos serviços relacionados à área da saúde.
7. Desse modo, havendo relação entre a demanda administrativa e o fato emergencial, torna-se possível operacionalizar a contratação direta, visando o fornecimento ou locação de bens, prestação de serviços e/ou execução de obras.
8. O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 6º-A, inciso II, da Lei Federal nº 13.979/20.

*"Art. 6º-A". Ficam estabelecidos os seguintes limites para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa, para as aquisições e contratações a que se refere o **caput** do art. 4º, quando a movimentação for realizada por meio de Cartão de Pagamento do Governo: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)*

(...)

II - nas compras em geral e outros serviços, o valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"

- Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018. "Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."*

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

9. Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme consta nos autos do processo, para realizar a presente contratação.

10. A empresa referida oferece um valor abaixo do estimado nos artigos supracitados.

11. A diferença entre os preços cotados não se mostra desarrazoada, de forma que se verifique discrepância entre os valores coletados na pesquisa realizada pela Administração, assim como estes e os sabidamente praticados no mercado, de modo que não reflitam a realidade, tornando-se inadequadas para delimitar preço do objeto a ser contrato. Ademais, demonstrada a escassez do produto no mercado.

12. Destarte, a lei autoriza a contratação direta quando houver relação entre a demanda administrativa e o fato emergencial, visando aquisição de serviços, inclusive a execução de obras. Ademais, atendido o disposto nos artigos 4º e 6º-A, inciso II, da Lei Federal nº 13.979/20, apresentando a presente Justificativa para ratificação.

13. Contudo, a contratação direta por dispensa de licitação se submete a um procedimento administrativo como regra, ou seja, ausência de licitação não equivale à contratação informal realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível.

14. Somente em hipóteses determinadas pela lei é que a Administração está autorizada a contratar sem o cumprimento destas formalidades, como nos casos de emergência tão grave, que a demora colocasse em risco a satisfação do interesse público.

15. Repita-se, a contratação está amparada no Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, que diz ser dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

16. "In casu", por se tratar de aquisição/contratação cujo valor não supera aquele estabelecido na alínea "a" do inciso II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é dispensável a licitação, segundo a literalidade do artigo 6º-A, inciso II, supracitado. Assim, verificamos a legalidade da contratação mediante a escolha da melhor proposta dentre as constantes nos autos.

17. Posto isso, frisando-se que a presente análise é feita sob o prisma estritamente jurídico-formal, não cabendo a este Procurador adentrar em aspectos de natureza técnica, administrativa, financeira e outros relativos à conveniência e à oportunidade dos atos administrativos a serem praticados, tampouco examinar a veracidade das questões que lhe foram apresentadas (como a autenticidade da documentação acostada), que são de responsabilidade do órgão consulente e daquele que demandou a contratação, esta Procuradoria manifesta-se no sentido da possibilidade de formalização da contratação direta, com dispensa de licitação, fundamentada no artigo 4º c/c o artigo 6º-A, inciso II, ambos da Lei Federal nº 13.979/20. Ressalta-se, por fim, que o presente parecer não vincula o gestor público, que pode, de forma justificada, adotar ou não a orientação exposta no parecer (STF, HC 155020 AgR/DF, 2ª T.).

É o Parecer, SMJ.

Ibaiti (PR), 14 de abril de 2020.

VALDEMIR BRAZ BUENO

Procurador Municipal
Portaria n. 675/2001, de 01.02.2001
OAB/PR 15.222

ANDRÉIA CRISTINA GENTILE BUZQUIA

Assessora Jurídica - FHSMI
OAB/PR nº 75.358
Portaria nº 049, de 21/03/2017

De acordo. Aprovo na íntegra o Parecer retro.


JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA

Procurador Geral
Portaria n. 002, de 02/01/2017
OAB-PR 37.806


Departamento de Licitações e Contratos

Excelentíssimo Senhor Prefeito

Em atenção às orientações contidas no Parecer Jurídico anexo, acerca da **aquisição** ora solicitada, em cumprimento às normas da Lei nº 8.666/93 juntamente com a Lei nº 13.979/20 que dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, solicitamos de Vossa Excelência a **Autorização** para realização de **Dispensa de Licitação** para AQUISIÇÃO DE 1.850 MÁSCARAS (PFF2-N-95), PARA FORNECER AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO EM CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, NOS AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, NOS POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, ENFIM, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2., com o critério de julgamento de **Dispensa Por item**, conforme as denominações e especificações dispostas na solicitação.

Sem mais para o momento, aguardamos manifestação.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020



Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos
Portaria nº 1655, de 11/06/2019

PORTARIA Nº 1742, DE 5 DE AGOSTO DE 2019*

Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação do Município de Ibaíti.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o art. 66, Inciso VI, Título I, Capítulo II, Seção II, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, na Lei Municipal nº 839, de 28 de abril de 2017,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para o processamento e julgamento das licitações a ser executadas pelo MUNICÍPIO DE IBAITI, com as atribuições conferidas pela Lei nº 8.666/93:

- Presidente: FERNANDO LOPES SIQUEIRA, portador da CI-RG nº 9.187.331-1/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 050.143.969-25;
- Secretária: ELAINE APARECIDA DE FREITAS, portadora da CI-RG nº 6.993.817-5 (SSP/PR) e inscrita no CPF nº 004.287.779-29;
- Membro: DANIELLE FERNANDA RODRIGUES DE PADUA, portadora da CI-RG nº 6.734.042-6 (SSP/PR) e inscrita no CPF nº 007.872.749-92;
- Suplente: SIDINEI BRAZ GOULART, portador da CI-RG nº 6.444.095-0/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 003.573.579-14.
- Suplente: ROSANGELA TEIXEIRA, portadora da CI-RG nº 4.989.267-5/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 710.877.379-15

Parágrafo único. O membro suplente será convocado pelo Presidente, na ausência ou impedimento de quaisquer dos membros da Comissão.

Art. 2º Os membros da Comissão, durante a vigência do mandato, farão jus ao recebimento de gratificação pelos serviços prestados, de acordo com o art. 2º, item I, alíneas "a" e "b", da Lei Municipal nº 839, de 28.4.2017.

Parágrafo único. Não farão jus a gratificação os servidores que exercerem quaisquer outras atividades/funções gratificadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 3 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove (5.8.2019).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 1715, de 26.7.2019

(*). Republicada por incorreção da matéria original.

Esta Publicação torna sem efeito e substitui a publicação efetivada no DOM | EDIÇÃO nº 1477 | 1º.8.2019 | Pág. 10



DIÁRIO OFICIAL



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2019 | EDIÇÃO Nº 1478 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 2019

PÁGINA 1

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1742, DE 5 DE AGOSTO DE 2019*

Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação do Município de Ibaíti.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o art. 66, Inciso VI, Título I, Capítulo II, Seção II, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 51, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, na Lei Municipal nº 839, de 28 de abril de 2017,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para o processamento e julgamento das licitações a ser executadas pelo MUNICÍPIO DE IBAITI, com as atribuições conferidas pela Lei nº 8.666/93:

- Presidente: FERNANDO LOPES SIQUEIRA, portador da CI-RG nº 9.187.331-1/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 050.143.969-25;
- Secretária: ELAINE APARECIDA DE FREITAS, portadora da CI-RG nº 6.993.817-5 (SSP/PR) e inscrita no CPF nº 004.287.779-29;
- Membro: DANIELLE FERNANDA RODRIGUES DE PADUA, portadora da CI-RG nº 6.734.042-6 (SSP/PR) e inscrita no CPF nº 007.872.749-92;
- Suplente: SIDINEI BRAZ GOULART, portador da CI-RG nº 6.444.095-0/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 003.573.579-14.
- Suplente: ROSANGELA TEIXEIRA, portadora da CI-RG nº 4.989.267-5/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 710.877.379-15

Parágrafo único. O membro suplente será convocado pelo Presidente, na ausência ou impedimento de quaisquer dos membros da Comissão.

Art. 2º Os membros da Comissão, durante a vigência do mandato, farão jus ao recebimento de gratificação pelos serviços prestados, de acordo com o art. 2º, item I, alíneas "a" e "b", da Lei Municipal nº 839, de 28.4.2017.

Parágrafo único. Não farão jus a gratificação os servidores que exercerem quaisquer outras atividades/funções gratificadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 3 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove (5.8.2019).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 1715, de 26.7.2019

(*). Republicada por incorreção da matéria original.

Esta Publicação torna sem efeito e substitui a publicação efetivada no DOM | EDIÇÃO nº 1477 | 5.8.2019 | Pág. 10

MUNICIPIO DE
IBAITI:77008068000141

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE
IBAITI:77008068000141
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PR, l=IBAITI, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, ou=AR
FUTURA, cn=MUNICIPIO DE IBAITI:77008068000141
Dados: 2019.08.06 21:00:39 -03'00'

PORTARIA Nº 1550, DE 13 DE MARÇO DE 2019

Designa servidores públicos municipais para constituírem Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 27.4.1990, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, § 8º e o art. 73, inciso I e II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, a fim de constituírem a COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO, no âmbito das Secretarias Municipais, que tem como objetivo receber e examinar o material ou bens permanentes adquiridos pela municipalidade, no tocante a quantidade e a qualidade.

SERVIDOR	LOTAÇÃO	RG Nº
ANTONIO CARLOS DONOLA	Departamento de Obras e Projetos	9.097.887-0
CLODOALDO BARBOSA DIAS	Departamento de Serviços Urbanos	8.906.144-0
DILMA DE FATIMA BARBOSA ALVES	FACAI	1.068.619-9
JEFERSON ROBERTO QUIQUETO	Diretor do Departamento de Pecuária	4.383.067-8
KELLY CRISTINA DE BARROS	Departamento de Proteção Social Básica	6.208.922-9
PAULO MIKÇA	DEMUTRAN	4.013.334-8
CARLA FERNANDA CASTILHO ARRUDA	Departamento de Compras	6.291.166-2

Parágrafo único. O acompanhamento da entrega do objeto, será realizado pela Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município, bem como, pelo responsável do setor solicitante.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão de que trata o art. 1º, desta Portaria, tem como competências:

- I - receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade, o material e/ou serviços entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;
- II - solicitar à unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área específica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;
- III - rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;

- IV - expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material;
- V - receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;
- VI - rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;
- VII - remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.
- VIII - receber e conferir os bens adquiridos e os serviços contratados, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento.
- IX - acompanhar o cumprimento de prazos de entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitações e Compras a constatação de qualquer irregularidade.

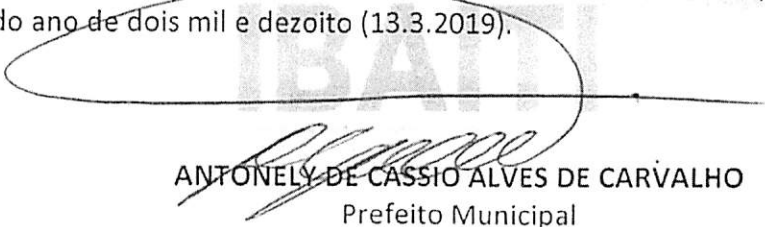
Art. 3º Determinar que nenhum material ou bem deverá ser liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art. 4º Os representantes da Comissão Especial para procederem a Avaliação dos Bens Móveis e Maquinários Inservíveis do Município, não receberão quaisquer remunerações, sendo considerados os serviços prestados de relevância para o interesse público, **sem ônus** para a municipalidade.


Art. 5º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito (13.3.2019).



ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



BENEDITO ALVES JUNIOR
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 001, de 2.1.2017

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1550, DE 13 DE MARÇO DE 2019

Designa servidores públicos municipais para constituírem Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 27.4.1990, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, § 8º e o art. 73, inciso I e II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, a fim de constituírem a **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO**, no âmbito das Secretarias Municipais, que tem como objetivo receber e examinar o material ou bens permanentes adquiridos pela municipalidade, no tocante a quantidade e a qualidade.

SERVIDOR	LOTAÇÃO	RG Nº
ANTONIO CARLOS DONOLA	Departamento de Obras e Projetos	9.097.887-0
CLODOALDO BARBOSA DIAS	Departamento de Serviços Urbanos	8.906.144-0
DILMA DE FATIMA BARBOSA ALVES	FACAI	1.068.619-9
JEFERSON ROBERTO QUIQUETO	Diretor do Departamento de Pecuária	4.383.067-8
KELLY CRISTINA DE BARROS	Departamento de Proteção Social Básica	6.208.922-9
PAULO MIKCSA	DEMUTRAN	4.013.334-8
CARLA FERNANDA CASTILHO ARRUDA	Departamento de Compras	6.291.166-2

Parágrafo único. O acompanhamento da entrega do objeto, será realizado pela Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município, bem como, pelo responsável do setor solicitante.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão de que trata o art. 1º, desta Portaria, tem como competências:

- I - receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade, o material e/ou serviços entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;
- II - solicitar à unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área específica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;
- III - rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;
- IV - expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material;
- V - receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;
- VI - rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;
- VII - remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado;
- VIII - receber e conferir os bens adquiridos e os serviços contratados, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento;
- IX - acompanhar o cumprimento de prazos de entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitações e Compras a constatação de qualquer irregularidade.

Art. 3º Determinar que nenhum material ou bem deverá ser liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art. 4º Os representantes da Comissão Especial para procederem a Avaliação dos Bens Móveis e Maquinários Inservíveis do Município, não receberão quaisquer remunerações, sendo considerados os serviços prestados de relevância para o interesse público, **sem ônus para a municipalidade**.

Art. 5º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito (13.3.2019).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

BENEDITO ALVES JUNIOR
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 001, de 2.1.2017


Gabinete do Prefeito

Em atenção às informações do Departamento de Licitação, Dep. de Contabilidade e a orientação da Procuradoria Jurídica, **AUTORIZO** a abertura de procedimento licitatório de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com o objeto de AQUISIÇÃO DE 1.850 MÁSCARAS (PFF2-N-95), PARA FORNECER AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO EM CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO, EM RISCO EMINENTE DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19, NAS BARREIRAS SANITÁRIAS, NOS AMBULATÓRIOS DE TRIAGENS, NOS POSTOS DE SAÚDE, NAS RUAS, ENFIM, NO ENFRENTAMENTO DA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2., com o critério de julgamento de **Dispensa Por Item**, nas mesmas condições e quantitativo disposto na solicitação Inicial.

Intime-se o Setor de Licitação para providências

Cumpra-se.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020



Antonely de Cassio Alves de Carvalho
Prefeito Municipal

- 1 -

Comissão Permanente de Licitações**Termo de Justificativa – Dispensa de Licitação****Processo Licitatório:** Processo dispensa Nº. 029/2020**Processo Administrativo:** nº 176/2020**Ementa:** AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.**Base Legal:** Art. 24, da Lei nº 8.666/93 e Parágrafo 1º, Artigo 4º, da Lei nº 13.979/20**Enfrentamento da Pandemia Coronavírus (Covid-19)****Empresa:** MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME , inscrita no CNPJ nº 21.484.336/0001-47.

O Município de Ibaiti, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.008.068/0001-41, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua José de Moura Bueno, 23, Praça dos Três Poderes, na cidade de Ibaiti – Paraná, representado por seu Prefeito, o Senhor Antonely de Cássio Alves de Carvalho, necessita da **AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.**

Item	Nome do produto	Quant	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	MÁSCARA PFF2 - N95	1.850,00	UNID	40,00	74.000,00
TOTAL					74.000,00

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o ano corrente, conforme consta no processo, para realizar a presente contratação.

O menor valor proposto tem seu total estipulado em **R\$ 74.000,00 (Setenta e Quatro Mil Reais)**, ofertado pela empresa **MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ **21.484.336/0001-47**, sediada na **RUA JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA, 151 SALA 2 - CEP: 87080050 - BAIRRO: VILA PROGRESSO CIDADE/UF: Maringá/PR.**

A aquisição se faz necessária para enfrentamento dos casos de emergência em saúde pública instaurada no Município de Ibaiti, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e

Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná

compras destinada a proteção da coletividade municipal no enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19);

Diante da onerosidade de uma licitação no cumprimento das formalidades e prazos legais, evitando assim o desabastecimento dos insumos de saúde destinados ao enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19) por conta dos fornecedores não poderem segurar seus estoques visto que a procura por tais itens de saúde estão extremamente superiores às suas capacidades de produção;

Diante da necessidade de pronto atendimento da situação de emergência onde foi declarado o Estado de Calamidade Pública no Estado do Paraná, conforme Decreto 4319 - 23 de Março de 2020;

Destaca-se que a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, instituiu o inciso II do art. 6º-A, da Lei nº. 13.979/20, onde estabeleceu os seguintes limites para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa para as aquisições e contratações a que se refere, nos seguintes termos:

Art. 6º-A Ficam estabelecidos os seguintes limites para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa, para as aquisições e contratações a que se refere o caput do art. 4º, quando a movimentação for realizada por meio de Cartão de Pagamento do Governo:

(...)

I - na execução de serviços de engenharia, o valor estabelecido na alínea "a" do inciso I do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - nas compras em geral e outros serviços, o valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Desta forma passou-se a vigorar que é **DISPENSÁVEL** quando as compras forem destinadas ao enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19), e a quando o valor para compras for de até:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná

atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação com base em adequada justificativa e ampla pesquisa de preços.

A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento dos materiais a serem adquiridos, considerando as certidões negativas apensadas:

- 1) Prova de inscrição no CNPJ com atividade pertinente ao certame;
- 2) Contrato Social ou Certificado de microempreendedor individual
- 4) Certidão de Tributos Federais;
- 5) Certidão de Tributos Estaduais;
- 6) Certidão de Tributos Municipais;
- 7) Certidão do FGTS;
- 8) Certidão Trabalhista;
- 9) Consulta de Impedidos de Licitar – TCE-Pr
- 10) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 13.979 e Medida Provisória nº 926/20, na situação de urgência da aquisição/contratação em virtude do estado de calamidade pública, apresentamos a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Ibaiti-PR, 14 de abril de 2020.

Fernando Lopes de Siqueira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1742, de 05/08/2019

Elaine Aparecida de Freitas

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1742, de 05/08/2019

Danielle Fernanda Rodrigues de Padua

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1742, de 05/08/2019



MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE - 41207986804
CNPJ - 21.484.336/0001-47

MARCELINO LAHOUD, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 17/03/1959, empresário, CPF sob n.º 359.226.139-87, portador da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 2.079.474 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Maringá - Estado do Paraná, na Rua Tietê, n.º 207 - Apartamento 18 - Zona 07 - CEP: 87.020-210; **MARIELLEN SAKURAI PRADO**, brasileira, solteira, nascida em 08/07/1989, empresária, CPF sob n.º 055.827.719-56, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 9.896.142-9 SSP/PR, residente e domiciliada na cidade de Maringá - Estado do Paraná, na Rua Tietê, n.º 207 - Apartamento 18 - Zona 07 - CEP: 87.020-210. Sócios componentes da empresa que gira na Praça de Maringá - Estado do Paraná, na Rua José Martins de Oliveira, n.º 151 - Sala 02 - Vila Progresso - CEP 87.080-050 - sob o nome empresarial de **MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, com contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41207986804 em data de 26/11/2014, e última alteração registrada sob n.º 20163019843 em data de 19/05/2016, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 21.484.336/0001-47 resolvem modificar o primitivo contrato e posteriores alterações pelo presente instrumento de alteração e consolidação contratual:

CLAUSULA PRIMEIRA

A sede da empresa localizada na Praça de Maringá - Estado do Paraná, na Rua José Martins de Oliveira, n.º 151 - Sala 02 - Vila Progresso - CEP 87.080-050 **fica transferida para** Rua Jalbas Rodrigues Alves, n.º 356 - Barracão 01 - Vila Santa Izabel - CEP 87.080-470 - na cidade de Maringá - Estado do Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA

Em decorrência da presente alteração, o capital social que era de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) é elevado ao valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), sendo o aumento no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) integralizados no presente ato através de lucros acumulados na sociedade, contabilizado em 31/12/2015, ficando assim distribuído entre os sócios:

SOCIO	QUOTAS	R\$
MARCELINO LAHOUD	98.000	98.000,00
MARIELLEN SAKURAI PRADO	2.000	2.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

CLAUSULA TERCEIRA

A administração da sociedade continuará com **MARCELINO LAHOUD**, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso individual do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/10/2016 15:12 SOB N.º 20166438073.
PROTOCOLO: 166438073 DE 11/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602134462. NIRE: 41207986804.
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 13/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

49

2

MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE - 41207986804
CNPJ - 21.484.336/0001-47

Parágrafo Primeiro: Faculta-se ao administrador, atuando sempre isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para o período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

Parágrafo Segundo: Poderão ser designados não sócios, obedecendo ao disposto do Artigo 1061 da Lei nº 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá da unanimidade dos sócios, enquanto o capital social não estiver integralizado, e dois terços, no mínimo, após a integralização.

CLAUSULA QUARTA

O Administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA QUINTA

O endereço residencial do sócio **MARCELINO LAHOUD** localizado na Rua Tietê, n.º 207 – Apartamento 18 – Zona 07 – CEP: 87.020-210, na cidade de Maringá – Estado do Paraná, **passa a ser** Rua Pioneira Norvina Maria Gonçalves, n.º 77 – Jardim Império do Sol – CEP 87.083-530, na cidade de Maringá – Estado do Paraná.

CLAUSULA SEXTA

O endereço residencial da sócia **MARIELLEN SAKURAI PRADO** localizado na Rua Tietê, n.º 207 – Apartamento 18 – Zona 07 – CEP: 87.020-210, na cidade de Maringá – Estado do Paraná, **passa a ser** Rua Pioneira Norvina Maria Gonçalves, n.º 77 – Jardim Império do Sol – CEP 87.083-530, na cidade de Maringá – Estado do Paraná.

CLAUSULA SÉTIMA

A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei n.º 10.406/2002, os sócios **RESOLVEM**, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

m

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
NIRE - 41207986804
CNPJ - 21.484.336/0001-47

M

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/10/2016 15:12 SOB Nº 20166438073.
PROTOCOLO: 166438073 DE 11/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602134462. NIRE: 41207986804.
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br





MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE - 41207986804
CNPJ - 21.484.336/0001-47

3

MARCELINO LAHOUD, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 17/03/1959, empresário, CPF sob n.º 359.226.139-87, portador da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 2.079.474 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Maringá - Estado do Paraná, na Rua Pioneira Norvina Maria Gonçalves, n.º 77 - Jardim Império do Sol - CEP 87.083-530; **MARIELLEN SAKURAI PRADO**, brasileira, solteira, nascida em 08/07/1989, empresária, CPF sob n.º 055.827.719-56, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 9.896.142-9 SSP/PR, residente e domiciliada na cidade de Maringá - Estado do Paraná, na Rua Pioneira Norvina Maria Gonçalves, n.º 77 - Jardim Império do Sol - CEP 87.083-530. Sócios componentes da empresa que gira na Praça de Maringá - Estado do Paraná, na Rua Jalbas Rodrigues Alves, n.º 356 - Barracão 01 - Vila Santa Izabel - CEP 87.080-470 - sob o nome empresarial de **MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, com contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41207986804 em data de 26/11/2014, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 21.484.336/0001-47.

1ª A sociedade gira sob o nome empresarial **MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, e tem sua sede e domicílio na Rua Jalbas Rodrigues Alves, n.º 356 - Barracão 01 - Vila Santa Izabel - CEP 87.080-470, na cidade de Maringá - Estado do Paraná.

2ª O objeto social é Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comércio atacadista de produtos odontológicos; Comércio atacadista de equipamentos hospitalares, laboratórios, odontológicos e de informática; Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria; Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos; Transportes rodoviários de materiais de uso hospitalar, medicamentos e correlatos, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e Representação comercial de medicamentos, máquinas e equipamentos.

3ª O capital social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) divididos em 100.000 (Cem mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios:

SOCIO	QUOTAS	R\$
MARCELINO LAHOUD	98.000	98.000,00
MARIELLEN SAKURAI PRADO	2.000	2.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

4ª A sociedade iniciou suas atividades em 26 de Novembro de 2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/10/2016 15:12 SOB Nº 20166438073.
PROTOCOLO: 166438073 DE 11/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602134462. NIRE: 41207986804.
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

65

99

4

MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE - 41207986804
CNPJ - 21.484.336/0001-47

5ª As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

7ª A administração da sociedade caberá a **MARCELINO LAHOUD**, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso individual do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro: Faculta-se ao administrador, atuando sempre isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para o período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

Parágrafo Segundo: Poderão ser designados não sócios, obedecendo ao disposto do Artigo 1061 da Lei nº 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá da unanimidade dos sócios, enquanto o capital social não estiver integralizado, e dois terços, no mínimo, após a integralização.

8ª Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

9ª Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

10ª A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11ª Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/10/2016 15:12 SOB Nº 20166438073.
PROTOCOLO: 166438073 DE 11/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602134462. NIRE: 41207986804.
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br





MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE - 41207986804
CNPJ - 21.484.336/0001-47

5

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.


13ª O Administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

14ª Fica eleito o foro de Maringá - Estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estar justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento particular de alteração contratual em via única, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Londrina - Paraná, 06 de Outubro de 2016.


MARCELINO LAHOUD -


MARIELLEN SAKURAI PRADO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/10/2016 15:12 SOB Nº 20166438073.
PROTOCOLO: 166438073 DE 11/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602134462. NIRE: 41207986804.
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

67



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



Certidão Negativa de Débitos Nº 34392/2020

Certificamos, conforme requerido por **MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**, CPF/CNPJ nº **21.484.336/0001-47**, para fins **DE LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CPF/CNPJ nº **21.484.336/0001-47**, situado(a) na cidade de Maringá.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

Na presente data, o(s) Alvará(s) referente(s) ao(s) cadastro(s) mobiliário(s) abaixo encontra(m)-se:

CADASTRO SITUAÇÃO	CADASTRO SITUAÇÃO	CADASTRO SITUAÇÃO
163707	Alvará vencido	

Emitida em: **19/03/2020**

Válida até: **17/06/2020**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal nº 1500/2017

68

Código de Autenticação: **AE1E7.F8046.15F628D9D4FD975E9FF211**

Para verificar a autenticidade, consulte o site: www.maringa.pr.gov.br/aisetributosweb

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.484.336/0001-47

Razão Social: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Endereço: R JALBAS RODRIGUES ALVES 356 BRCAO 01 / VILA SANTA IZABEL /
MARINGA / PR / 87080-470

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/03/2020 a 17/07/2020

Certificação Número: 2020032004240650235726

Informação obtida em 07/04/2020 14:24:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 21.484.336/0001-47

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:41:48 do dia 13/11/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/05/2020.

Código de controle da certidão: **28A0.6258.3BEE.279C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.484.336/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/11/2014
NOME EMPRESARIAL MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal 46.18-4-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria 46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R JALBAS RODRIGUES ALVES	NÚMERO 356	COMPLEMENTO BRCAO 01
CEP 87.080-470	BAIRRO/DISTRITO VILA SANTA IZABEL	MUNICÍPIO MARINGÁ
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF PR
TELEFONE (44) 3354-5826		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/11/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



Município de Ibaiti - 2020

Mapa da Licitação

Processo dispensa 29/2020

Página 1

Data abertura: 14/04/2020

Data julgamento: 14/04/2020

Data homologação: 14/04/2020

CNPJ: 21.484.336/0001-47

Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca
Lote 001 - Lote 001				
001 MÁSCARA PFF2 - N95	UNID	1.850,00	40,00 *	
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR				
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR			74.000,00	

CNPJ: 21.484.336/0001-47 - MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

Emitido por: KASSIA MANSO, na versão: 5525 m

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

31/07/2020 13:16:58





Município de Ibaiti - 2020
Classificação por Fornecedor
Processo dispensa 29/2020

Página 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 55771-4 MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES Email: ADMINISTRATIVO@SOUZACONTABILIDADE.COM.BR CNPJ: 21.484.336/0001-47 Telefone: (44) 3028-4611 Status: Classificado								74.000,00	
Lote 001 - Lote 001								74.000,00	
001	36416 MÁSCARA PFF2 - N95	UNI	1.850,00	Classificado			40,00	74.000,00	*
VALOR TOTAL:							74.000,00		





Município de Ibaiti - 2020

Situação por lote/itens

Processo dispensa 29/2020



Página 1

Produto				Status
Fornecedor	CNPJ/CPF	Status	Marca	Preço Unitário
Lote 001 - Lote 001				
Item 001: 36416 MÁSCARA PFF2 - N95				ADQUIRIDO
55771-4	MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	21.484.336/0001-47	Classificado	40,00

Qtde. itens vencedores : 001
Qtde. itens frustrados : 000
Qtde. itens desertos : 000
Qtde. itens não apurados : 000
Qtde. itens empatados : 000
Qtde. itens empatados ME : 000


TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação nº 029/2020
Processo Administrativo nº 176/2020
Enfrentamento da Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 1742/2019 e do reconhecimento do enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19), da presença de requisitos exigidos pelo Artigo 4º da Lei nº 13.979/20, **RATIFICO** a referida Dispensa de Licitação, bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020.


ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná



EXTRATO DO ATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2020

Enfrentamento da Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibaiti.

Contratado: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 21.484.336/0001-47

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19..

Dotação Orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	2810	05.001.10.301.0009.2040	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	7440	05.001.10.301.0009.2040	494	3.3.90.30.28.00	Do Exercício

do Exercício de 2020

Valor Total: R\$ 74.000,00 (Setenta e Quatro Mil Reais).

Vigência: 60 Dias.

Fundamento: Art. 24, da Lei nº 8.666/93 e Parágrafo 1º, Artigo 4º, da Lei nº 13.979/20.

Foro: Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020.

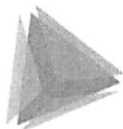
ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Contratante

MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

Contratada



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE IBAITI
Ano*	2020
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	29
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Modalidade*	Processo Dispensa
Número edital/processo*	176
Descrição Resumida do Objeto*	AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.
Dotação Orçamentária*	0500110301000920403390302800
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	74.000,00
Data Publicação Termo ratificação	14/04/2020
Data Abertura	14/04/2020
Data Registro	16/04/2020
Data Cancelamento	Data Registro do Cancelamento
Há itens exclusivos para EPP/ME?	✓
Há cota de participação para EPP/ME?	✓ Percentual de participação:
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	✓
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	✓
Atenção: o TCE-PR não possui cópia dos arquivos dos editais. Eles devem ser obtidos exclusivamente junto aos municípios/entidades.	
Para maiores informações, consulte o site da entidade: http://www.ibaiti.pr.gov.br	

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

Comissão Permanente de Licitações Termo de Justificativa – Dispensa de Licitação

Processo Licitatório: Processo dispensa Nº. 029/2020

Processo Administrativo: nº 176/2020

Ementa: AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.

Base Legal: Art. 24, da Lei nº 8.666/93 e Parágrafo 1º, Artigo 4º, da Lei nº 13.979/20

Enfrentamento da Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Empresa: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 21.484.336/0001-47.

O Município de Ibaíti, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.008.068/0001-41, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua José de Moura Bueno, 23, Praça dos Três Poderes, na cidade de Ibaíti – Paraná, representado por seu Prefeito, o Senhor Antonely de Cássio Alves de Carvalho, necessita da **AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.**

Item	Nome do produto	Quant	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	MÁSCARA PFF2 - N95	1.850,00	UNID	40,00	74.000,00
TOTAL					74.000,00

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o ano corrente, conforme consta no processo, para realizar a presente contratação.

O menor valor proposto tem seu total estipulado em **R\$ 74.000,00 (Setenta e Quatro Mil Reais)**, ofertado pela empresa **MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ **21.484.336/0001-47**, sediada na **RUA JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA, 151 SALA 2 - CEP: 87080050 - BAIRRO: VILA PROGRESSO CIDADE/UF: Maringá/PR.**

A aquisição se faz necessária para enfrentamento dos casos de emergência em saúde pública instaurada no Município de Ibaíti, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras destinada a proteção da coletividade municipal no enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19);

Diante da onerosidade de uma licitação no cumprimento das formalidades e prazos legais, evitando assim o desabastecimento dos insumos de saúde destinados ao enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19) por conta dos fornecedores não poderem segurar seus estoques visto que a procura por tais itens de saúde estão extremamente superiores às suas capacidades de produção;

Diante da necessidade de pronto atendimento da situação de emergência onde foi declarado o Estado de Calamidade Pública no Estado do Paraná, conforme Decreto 4319 - 23 de Março de 2020;

Destaca-se que a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, instituiu o inciso II do art. 6º-A, da Lei nº. 13.979/20, onde estabeleceu os seguintes limites para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa para as aquisições e contratações a que se refere, nos seguintes termos:

Art. 6º-A Ficam estabelecidos os seguintes limites para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa, para as aquisições e contratações a que se refere o caput do art. 4º, quando a movimentação for realizada por meio de Cartão de Pagamento do Governo:

(...)

I - na execução de serviços de engenharia, o valor estabelecido na alínea "a" do inciso I do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - nas compras em geral e outros serviços, o valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do caput

Desta forma passou-se a vigorar que é **DISPENSÁVEL** quando as compras forem destinadas ao enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19), e a quando o valor para compras for de até:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação com base em adequada justificativa e ampla pesquisa de preços.

A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento dos materiais a serem adquiridos, considerando as certidões negativas apensadas:

- 1) Prova de inscrição no CNPJ com atividade pertinente ao certame;
- 2) Contrato Social ou Certificado de microempreendedor individual
- 4) Certidão de Tributos Federais;
- 5) Certidão de Tributos Estaduais;
- 6) Certidão de Tributos Municipais;
- 7) Certidão do FGTS;
- 8) Certidão Trabalhista;
- 9) Consulta de Impedidos de Licitar – TCE-Pr
- 10) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 13.979 e Medida Provisória nº 926/20, na situação de urgência da aquisição/contratação em virtude do estado de calamidade pública, apresentamos a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Ibaíti-PR, 14 de abril de 2020.

Fernando Lopes de Siqueira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1742, de 05/08/2019

Elaine Aparecida de Freitas

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1742, de 05/08/2019

Danielle Fernanda Rodrigues de Padua

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 1742, de 05/08/2019

MUNICÍPIO DE IBAITI
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação nº 029/2020
Processo Administrativo nº 176/2020
Enfrentamento da Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19.

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 1742/2019 e do reconhecimento do enfrentamento da pandemia Coronavírus (Covid-19), da presença de requisitos exigidos pelo Artigo 4º da Lei nº 13.979/20, **RATIFICO** a referida Dispensa de Licitação, bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020.

ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante

EXTRATO DO ATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2020
Enfrentamento da Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibaiti.

Contratado: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 21.484.336/0001-47

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.850 (UM MIL, OITOCENTOS E CINQUENTAS) MÁSCARAS PFF2 - N-95, PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE QUE ESTÃO TRABALHANDO NAS BARREIRAS E AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE TRIAGEM DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR COVID-19..

Dotação Orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	2810	05.001.10.301.0009.2040	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	7440	05.001.10.301.0009.2040	494	3.3.90.30.28.00	Do Exercício

do Exercício de 2020

Valor Total: R\$ 74.000,00 (Setenta e Quatro Mil Reais).

Vigência: 60 Dias.

Fundamento: Art. 24, da Lei nº 8.666/93 e Parágrafo 1º, Artigo 4º, da Lei nº 13.979/20.

Foro: Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná.

Ibaiti, 14 de Abril de 2020.

ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante

MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
Contratada